

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Coleção
TEXTOS ACADÊMICOS

JOÃO WILSON MENDES MELO

**ECONOMIA
E
PROMOÇÃO**

8

SÉRIE DIDÁTICA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



ECONOMIA
E
PROMOÇÃO

JOÃO WILSON MENDES MELO

UFRN
1983



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL
SÉRIE DIDÁTICA, 08

REITOR: Prof. Diógenes da Cunha Lima
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Pedro Simões Neto
COORDENADOR DO PROGRAMA: João Afonso do Amaral

MELO, João Wilson Mendes.

Economia e promoção. Natal, PRAEU,
1982.

174p. (Série Didática, 08)

1. Economia. I. Título.

CDU 33



Este trabalho mereceu do Prof. Waldson Pinheiro leitura atenta e comentários de ordem redacional que o autor agradece.

ÍNDICE

	Página
Duas palavras, de Fernando de Olivei- ra Mota	9
À guisa de introdução	13
CAPÍTULO I	
Visão geral da educação no desempenho econômico	
1 - O Professor	26
2 - As Limitações	37
3 - Hierarquia das Tarefas	39
CAPÍTULO II	
Uma contribuição do passado mais dis- tante	43
CAPÍTULO III	
Uma contribuição do passado mais pró- ximo	54
CAPÍTULO IV	
A Idade do Econômico	63
1 - Predominância do econômico	63
2 - O pensamento econômico	71
3 - A ciência econômica	73
4 - Alguns conceitos	75
4.1 - Economia política	75

4.2 - Economia social	76
5 - Esquema elementar do sistema econômico	77
CAPÍTULO V	
Características dos fatores produtivos e das necessidades	81
1 - Problemas fundamentais	81
2 - A combinação dos fatores para um maior rendimento	83
CAPÍTULO VI	
Teoria do desenvolvimento econômico	84
1 - Quando surgiu	84
2 - Nações pobres e nações ricas	88
3 - A escolha das denominações	89
CAPÍTULO VII	
Desenvolvimento	90
1 - Desenvolvimento e progresso	90
2 - Razões da importância do desenvolvimento	91
2.1 - de ordem científica	91
2.2 - de ordem humana	92
2.3 - de ordem política	92
2.4 - de ordem econômica	93
3 - Objetivos sociais do desenvolvimento econômico	94

CAPÍTULO VIII

Características do desenvolvimento	96
1 - Observação das transformações	96
1.1 - renda nacional	97
1.2 - renda per capita	97
1.3 - estrutura da população e da ocupação	98
1.4 - estrutura pela idade	99
1.5 - sanidade	101
1.6 - estrutura dos gastos	102
1.7 - estrutura da produção	102
1.8 - comércio exterior	103
1.9 - produtividade	103
1.10- características da educação	105
1.11- poupança e capitalização	108
1.12- estabilidade política	111
2 - Características do desenvolvi- mento sob o critério sócio-eco- nômico	112

CAPÍTULO IX

Incentivo ao desenvolvimento	116
1 - Constatação científica da reali- dade	116
2 - Os descobrimentos	116
3 - Mercantilismo	117
4 - Revolução industrial	117
5 - Análise do desenvolvimento	117

6 - É possível provocar o desenvolvimento	119
---	-----

CAPÍTULO X

Como provocar o desenvolvimento	121
1 - As medidas	121
2 - Ocupação plena dos recursos produtivos disponíveis	122
3 - Determinação do uso alternativo	122
4 - Menor insumo por unidade de produto	123
5 - Utilização de novos recursos e melhoramento da técnica	124

CAPÍTULO XI

Programação	126
1 - Necessidade de programar	126
2 - Conceito e requisitos básicos do programa	127
3 - Etapas da elaboração do programa	128

CAPÍTULO XII

Financiamento do desenvolvimento econômico	131
1 - O problema do custeio	131
2 - Tributação	134
3 - Emissão e inflação	135
4 - Financiamento externo	138
5 - Círculo vicioso	139

CAPÍTULO XIII

A contabilidade social	141
1 - Conceitos	141
2 - Esquemas das economias abertas e fechadas	145

CAPÍTULO XIV

Economia e humanismo	147
1 - O homem esquecido	147
2 - Economia voltada para o homem	147

CAPÍTULO XV

Educação geral e específica	151
1 - Posicionamento e papel da educa ção no fator trabalho	151
2 - Os meios de mensuração dos re- sultados	156
3 - A busca do mais eficaz	158

CAPÍTULO XVI

Desenvolvimento e programação do Bra- sil	161
1 - Os programas e planos na ordem histórica	165
2 - Objetivos básicos de alguns pla nos	165

DUAS PALAVRAS*

Registrrou-se, no Nordeste, depois de 1954, um movimento de renovação nos estudos das Ciências Econômicas, com a preocupação de formar profissionais para o desenvolvimento regional. Hoje, a despeito do malogro em algumas áreas acadêmicas, ou falsamente acadêmicas, contamos com resultados positivos: - os que supunham ser a Economia uma terra de ninguém ou uma preocupação meramente literária são meros abencerragens.

Entre os pioneiros desse movimento de renovação, inscreve-se o nome do Professor João Wilson Mendes Melo; foi, desde a primeira hora, um homem sensível às inovações da nossa Ciência e, a modo de um Perroux, não desdenhou de reformular os seus conhecimentos e de enriquecê-los pelo estudo e pela meditação.

Sinto-me, por isso, muito feliz em unir-me ao seu esforço, na apresentação deste Discurso de Paraninfo; discurso que marca a formatura da primeira turma de concluintes da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal. Assinala, digamos, os frutos, que são primícias, daquele pioneirismo, a que me referi.

Mas, não é só pelo fato assinalado que me sinto feliz em escrever essas linhas. É, também, pela qualidade do trabalho que se vai ler. É, sem dúvida, um trabalho que enfoca, para os jovens economistas e contabilistas, uma visão muito objetiva do papel que lhes vai caber em um mundo plural, um mundo em que o "sentido do universal" se torna cada vez mais presente. Neste mundo, a missão do economista ou do contabilista não se isola; como não se isola a visão dos demais profissionais que tenham a incumbência de trabalhar pelo progresso econômico e social das Nações.

Vale ressaltar, ainda, a par desta compreensão do universal, o modo como o Professor João Wilson encara a Economia. Para ele, os instrumentos de trabalho que os economistas e os estatísticos desenvolveram, para assegurar maior objetividade científica à análise dos fenômenos econômicos, não esgotam o que poderíamos denominar de essencialidade da Economia. Este, como conhecimento e como forma de apreensão do mundo, envolve todo um contexto social, todo um contexto de Vida, todo um suceder de formas de organização da sociedade, todo um defluir histórico. E, como estímulo para a ação - theoria e praxis, interfecundando-se não podem prescindir do contacto com a re

alidade e, no calor da realidade, com os problemas humanos que, universalizados, se tornam, a ca da momento da História, problemas da Humanidade.

Vendo a Economia neste contexto de Vida, João Wilson se aproxima pelo pensamento, co mo se tem aproximado pela ação, de um grande mestre do nosso tempo, há pouco desaparecido - o Padre Lebret. Nunca me esqueço do quanto aprendi, nas normas do ilustre dominicano para refazer o exame de consciência, ao ter diante de mim os pecados capitais dos economistas; e, entre estes, o pecado da ausência à realidade, ao contacto da vi da, à exuberante palpação das fábricas, dos sin dicatos, das fazendas, das ruas, dos mocambos, dos escritórios. Não poderia o economista ser frio e distante, de acordo com as magníficas lições de Lebret. Os números e as tabelas lhes são necessários; mas, além dos números e das tabelas, instrumentos de apreensão dos fatos, controle da ação ou da avaliação dos resultados, deborda um imenso mar de problemas humanos, cuja interpretação só pode ser humana e somente se pode situar nos limites de grandeza do próprio Homem.

Habitado ao raciocínio prático e ao raciocínio especulativo, dotado de ponderável saber humanístico e da sensibilidade do humano, o Professor João Wilson transmite, aos seus paraninu

fados, a lição de uma economia para os homens; a lição que será, a cada hora do exercício profissional dos novos economistas e contabilistas do Nordeste, um estímulo a que não caiam na tentação da mediocridade.

Recife, julho de 1966

FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA
Ex-superintendente da SUDENE

* Apresentação de plaquete sob o mesmo título deste trabalho, em que o autor divulgou discurso de paraninfo (adiante sob o título de À Guisa de Introdução).

À GUISA DE INTRODUÇÃO*

Uma das maiores características do nosso tempo é o sentido do universal, que orienta o pensamento, as ações, toda a concepção, enfim, contrastando com a visão puramente regional de outras épocas que muito tinha a dever a um individualismo consciente.

Excluídas as cores locais, próprias de cada ambiente, de cada comunidade, todos vivemos sob o mesmo clima espiritual, sob a mesma luta, ou sob a mesma paz, pois, quando não experimentamos quaisquer desses fenômenos diretamente, o sentimos através dos outros homens que também sofrem as nossas dores, ao acompanharmos os passos uns dos outros.

Na escala das preocupações que mais assoberbaram o homem, tantas coisas figuram, mudando de lugar apenas, ou mudando de época, que poderemos nelas penetrar, não sem dificuldades, para apurar se realmente se preocupou ele com o mais importante ou se passou ao largo das coisas essenciais, para pensar demasiadamente longe do que deveria ser o seu interesse maior.

De uma forma ou de outra, a diversidade inicial de objetivos e conseqüentemente de

métodos de vida e de procedimentos foi desaparecendo ao diluir-se gradativamente em um número menor de objetivos.

E hoje a humanidade quase que resume, por todos os povos, por todos os seus governos, os seus objetivos máximos, unificando-se sob esse ponto de vista.

Nos métodos, no entanto é que há a grande adversidade de caminhos, de teorias, de sistemas, de estruturas, de idéias, de pensamentos, de idiomas, de procedimentos, formando uma verdadeira Babel, de bases muito largas, mas que, à medida que atinge altura, simplifica-se e o seu ponto máximo, que é único, dirige-se para aquilo que é a aspiração comum.

Se fosse possível medir a intensidade com que as teorias e os sistemas se incorporam entre si pela redução das divergências, seria possível projetar essa marcha para o futuro e dizer, com reduzidíssima margem de erro, o dia em que a contradição seria nenhuma, se a força das pequenas divergências não conseguisse superar por algum tempo a força maior do grande ideal de progresso e de paz.

Para realizar esse ideal, a preocupação pelos empreendimentos de ordem econômica

têm uma ênfase surpreendente e mesmo sem acreditar na sua superioridade e na sua máxima importância sobre todos os demais problemas do homem, somos por vezes levados a colocá-los entre as primeiras cogitações que, de agora e por muito tempo ainda, teremos de encarar como atividade salvadora.

Assim considerando, é que estimamos o papel do economista e do contabilista na atualidade, é que firmamos diretrizes para supervisionar a sua formação, entendendo que as Faculdades devem ser do mais elevado padrão e exigir desde o esclarecimento da vocação a disponibilidade necessária para o estudo e a capacidade de assimilar, para que a lógica dos fatos sócio-econômicos seja apreendida e de tudo isso resulte a elaboração em cada um, naturalmente, do sistema ideal, realizável e das normas de agir.

O bem estar desejado está muito a depender da maneira como proceda o economista; ele terá que fazer tarefas semelhantes quase à multiplicação, para saciar famintos; ele terá de aumentar os frutos da terra, enquanto o sociólogo, o jurista e o político terão de encontrar a maneira de reduzir as pressões sobre os bens e utilidades e de distribuí-los da maneira mais justa e que propicie facilidades para o trabalho de

multiplicação. Não há dúvida, os acontecimentos lhe conferem uma maior importância e responsabilidade, como no passado, outras épocas tiveram outras profissões em maior evidência: os guerreiros, os filósofos, os cavaleiros, os intelectuais, os cientistas, os políticos.

A Economia Clássica, essencialmente liberal, considerava intocáveis os processos econômicos; eles tinham para ela um desenvolvimento natural que a menor interferência poderia alterar danosamente. O Poder teria que estar sempre na mera posição de espectador naquela luta de uns para ganharem mais e de outros para comprarem mais barato, naquele encontro, enfim, entre os interesses da demanda e os maiores interesses da oferta.

O estudo da Economia tinha um objetivo muito simples de constatar como os fatos se sucediam e como as coisas se transformavam, como vivia assim aquele outro tipo, o do homo economicus; coisas sobre as quais nenhuma influência proposita poderíamos ter.

Depois, quando a ciência evoluiu e as Faculdades se abriram para transmissão dos seus conhecimentos, esses cursos tinham um sentido de diletantismo intelectual, de ilustração pelos conhecimentos que através dele se adquiria, para enriquecer a cultura somente, para fixação

de algumas leis que se haviam firmado pelas relações constantes observadas entre algumas causas e alguns efeitos. Nada tinha, no entanto, de prático; nada faria o homem com aqueles conhecimentos. O Poder não precisava de instrumentos porque lhe era proibido tocar no fenômeno econômico e as empresas particulares tinham um guia poderoso para sua orientação: a noção de lucro. Estas precisavam pouco de preceitos científicos para sua informação.

Quando, no entanto, dentro das próprias democracias, as depressões ou as condições em que os fenômenos se desenrolam são um grito de socorro para que o Estado venha, com as suas leis e a sua força, evitar o colapso geral e salvar-se a si próprio, os postulados da economia tiveram de ser invocados e os seus conhecedores, portanto, convocados para as grandes tarefas de intervenção econômica, precisas e inadiáveis.

Então, inicia-se no mundo moderno, a presença do economista na orientação dos fenômenos econômicos, levando o Poder a usar dos meios de que dispõe para influir nos acontecimentos, dirigí-los e determiná-los, no imenso empreendimento de restabelecer uma produção que se reduzia velozmente, soerguendo um poder de compra que se extinguia. O seu êxito, assinalou, desde 1929-1930,

a prova incontestável de como o Poder não poderia ficar distante do problema e de como eram eficazes as modernas teorias sobre o seu comportamento.

Toda a evolução que se processou sem cessar no conteúdo científico da Economia, debruçada sobre os fatos, que analisou nas suas causas, nos seus efeitos, com profundidade, dissecando-os em números desde o passado para reconstituí-los e projetá-los ao futuro, fez ver que muitas das leis econômicas antigas inspiravam a criação de estruturas especiais que deviam ser implantadas, e as novas observações exigiam outros tantos procedimentos que cumpria concretizar.

Dava-se, assim, uma vida ativa a uma ciência contemplativa, que se convidava a descer do romance para a crônica do cotidiano, do ideal para o realizável e o realizado, em seguida.

E o Poder nas democracias passou a intervir, não a substituir, no terreno dos fatos do processo econômico; passou a realizar trabalhos gerenciais de empresa poderosa e a encaminhar a ação das empresas privadas, que se pulverizavam em todas as áreas da comunidade.

Dois campos, assim, se oferecem, mo

ternamente, para a ação construtiva do economista. Na macro economia verá, junto ao poder público, o conjunto formidável das questões e problemas que terá de conhecer nos diagnósticos e de equacionar para uma solução científica, selecionando os fins e os meios necessários à sua consecução. Nesse trabalho, no trato desses assuntos, que são inerentes ao seu metier, não somente a paisagem visível das coisas, mas o mundo mais intenso que um olhar profundo há de descobrir, terão de predominar no seu pensamento. Não apenas o número convertido em linhas na demonstração dos gráficos, não apenas os domínios da econometria, mas também o íntimo dos problemas, cujos quadros, se traduzidos em linhas e curvas, seriam os mais chocantes. Isto dará ao economista de alma sensível uma inquietação que poderá forjar as grandes soluções, que poderá determinar o valor dos seus instrumentos de luta, no sentido de que deverá ser realmente um conquistador de posições novas e de novas ações construtivas.

Conhecendo ainda na macro economia os distúrbios de funcionamento, os entraves e estrangulamentos e sabendo pelo que lhe tem sido ensinado, como vencer estes fatos negativos, ele não terá conseguido a tranquilidade enquanto não se lhe der oportunidade de aplicar os conhecimentos para construir algo, porque esses conhecimen-

tos seriam, então, uma mimosa inutilidade, um simples adorno da inteligência.

Não poderá ser para nada que tenha penetrado no âmago dos fatos e descoberto suas causas e efeitos. Não poderá ser para nada que tenha medido a grandeza e a profundidade da carência de recursos e do sofrimento que desse estado de coisas emana.

Está muito claro que, para o homem que tudo isto conhece, impõe-se a missão de realizar a transformação do erro, estabelecendo situações de equilíbrio, e de integrar na alegria de viver os muitos que sô conhecem o outro lado amargo da vida.

Intolerável seria num mundo que precisa de ação, o estudo e o conhecimento sem o objetivo de agir. A tarefa terá de ser dividida entre o laboratório e a vida, entre o momento da pesquisa e das descobertas que orientem e o escritório, a fábrica e a praça onde possam ser implantados, ou a cátedra para multiplicação das mentalidades vigorosas.

Por outro lado, no que se refere ao aspecto normativo, legal, de toda ação que implica em realizar alterações substanciais numa economia, apresenta-se ao economista um quadro onde as limitações impostas pelo direito individual

e coletivo podem restringir a ação. Isso poderá, em determinadas vezes, resultar num retardamento do trabalho que deveria concretizar, com vistas ao desenvolvimento.

Haverá situações bastante embaraçosas, em que circunstâncias lhe determinassem uma ação a curto prazo, bastante acelerada, que exigiriam providências que poderiam ferir o Direito estabelecido. Exemplo: a sub vida levada em uma região onde a fome é a causa mortis principal e constante. Isto despertaria nele aquela inquietação humana sob todos os pontos de vista grandiosa, face a uma população que se consome em morte lenta. Ele identificaria seu trabalho como uma ação de legítima defesa coletiva. Mas, as implicações legais poderiam estar no caminho, impedindo que acelerasse a ação. Então, o socorro chegaria um pouco mais tarde porque haveria o direito de outros a respeitar. Ele teria de acomodar as providências a propor, aparando-as, reduzindo-as, o que transferiria para outra década ou para outra geração os seus resultados.

Em meio a essas dificuldades que envolvem sérias opções, o economista deverá usar uma milagrosa técnica - a de resolver o caso da sua angústia - soerguendo e salvando muitos sem comprometer o direito de muitos outros.

É quando sua ação ultrapassa os limites naturais da atribuição puramente profissional, para que ele penetre no campo das leis, sugerindo e lutando pelo estabelecimento de um Direito Normativo realmente justo, que não embarace o progresso geral e a promoção de cada um.

Para bem exercer sua missão, a sô amplitude da sua área de ação ainda não é bastante; ele terá que atentar para as implicações da ação política, da ação social e da elaboração das leis.

Por todas essas condições, a mensagem que quero trazer é a de afirmação e confiança no trabalho que esta geração poderá realizar; no espírito que se elabora e que extravasa num clima de visão das realidades e de planos de ação baseados nessa realidade; num estado de espírito inquieto pela tarefa que se tem a realizar, pelos homens que cumpre promover; confiança na ação de uma comunidade que desperta para as coisas vitais e essenciais à vida de todos os seus membros, sem excluir quaisquer deles; que acredita no homem fazendo a sua História e sente-se assim responsável pelo estabelecimento de um bem-estar relativo.

Creio nas conseqüências positivas de um trabalho que tem um objetivo claro e definido e para consecução do qual selecionou os meios

de ação e está agindo dentro das possibilidades reais, sem nada construir sobre a areia. Creio no êxito do empreendimento de integrar o Nordeste na comunidade econômica brasileira para que todos que nele nasceram venham gozar dos frutos a que um trabalho de quatro séculos já está levando seus filhos a desfrutar.

E assim creio porque quase ninguém se embala hoje no ufanismo lírico de cantar o que está sob o solo, no fundo dos mares ou na inteligência da elite. Tudo isso que teve sua época de relativa utilidade, alimentando uma chama de patriotismo, edificou o País nos seus limites, fortaleceu um espírito de nacionalidade e construiu uma História capaz de orgulhar. Mas, todos estão animados dos propósitos de arrancar essas riquezas de onde elas se achem nos quatro cantos da pátria, levados os seus pesquisadores pelos instrumentos modernos da pesquisa e não mais pelos sonhos, para transformá-las em ferramentas que construam a paz social pela ausência da miséria, multiplicando os bens e serviços para que atinjam a todos, para que seja geral o prazer de viver em qualquer lugar do Brasil.

Quase tudo hoje se renova para consecução de um ideal assim, possível de atingir, possível de ser abreviado, possível de ser ainda

contemplado pela geração responsável de hoje. As mentalidades se renovam. Apenas a fé é e deverá ser sempre a mesma. Fé em que as caravelas guiadas por Deus para descobrir estas terras sejam transfiguradas em novos veículos de progresso, de outras formas, de outros meios, como o novo tempo o requer, trazendo para aqui no entanto os mesmos símbolos.

Agora ou muito em breve, já devolveremos, nos mesmos veículos das comunicações hodiernas, a notícia de uma terra em que se plantou e em que se colheu, e ansiamos pelo momento em que se possa dizer também que há, aqui, os mesmos sussurros e os mesmos ranger de ferros e de aços, transformando a riqueza natural, e em que há o mais importante de tudo - um homem promovido às condições de dignidade.

Creio que o economista chegue a ter o desempenho para que foi formado, desde que já é possível encontrar no meio de uma sociedade política e de uma classe empresarial, razões de ver no economista o técnico sem o qual a grande engrenagem não funcionará a contento.

Por isso sei que, empenhados na sua formação, não trabalhamos em vão, e que os profissionais de hoje não serão apenas mais alguns profissionais, continuando a região a viver como se

eles não tivessem aparecido; mas sei que estamos levando à comunidade um fermento novo, algumas unidades motoras, um multiplicador de incalculável poder.

* Baseado no Discurso de paraninfo da 1.^a Turma de Economistas e Contabilistas da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal, no Teatro Alberto Maranhão, em 16-12-65.

CAPÍTULO I

VISÃO GERAL DA EDUCAÇÃO NO DESEMPENHO ECONÔMICO

1 - O PROFESSOR

Quando medimos o significado dos atos coletivos, somos levados a estabelecer uma escala de importância ou prioridade. É um hábito a que nos conduz a necessidade de ver todas as coisas e compará-las para determinar a tarefa primeira e as outras, num mundo em que não podemos fazer todas as coisas, mas praticar a eleição do mais necessário, do mais urgente, do mais viável.

Se as ciências humanas retornam ao lugar em que o humanismo as recolocou pela segunda vez, depois do Cristianismo, a Educação é a primeira atividade numa ordem de importância bem concreta. Estudos primários médios e superiores, numa medição crescente de primeiro, segundo e terceiro graus, são, oficialmente, a escala ascendente das etapas da evolução dos indivíduos.

Preparar profissionais, quer dizer entregar à comunidade instrumentos ao seu serviço ao mesmo tempo que realizar promoção individual. Preparar aqueles que vão multiplicar os profissio

nais é trabalho que, ao mais desapaixonado observador, vai figurar bem alto, pelo seu valor de utilidade e por aquele valor intrínseco, transcendente que a atividade cultural possui.

Presença de recursos humanos no momento oportuno e necessário, pode medir eficientemente, com absoluto conhecimento de causa, o valor da educação, preocupada muito mais com os seus reais objetivos do que com costumeiros problemas de meios. Para isso, procura entrosamento próprio das instituições que compreendem o objetivo público primordial e razão de sua existência. Não é possível esconder que inauguramos no Brasil um procedimento que precisa ser consolidado em todas as unidades brasileiras para assegurar a orientação legal que, por sua vez, está de acordo com as solicitações da conjuntura moderna e vem em sua defesa e em segurança do seu futuro.

Este é o raciocínio verdadeiro e acalentador que nos deixa tranquilos, não para o repouso merecido do guerreiro, mas para prosseguir na luta até aqui vitoriosa, pois é assim, intermitente, o trabalho dos que lutam na paz, num país que cada vez mais afirma veementemente sua vocação pacífica. E nisso coloca-se o Brasil muitos séculos na frente das nações, numa concepção para ele natural, enquanto as outras, somente pela len-

ta evolução e o intenso sacrifício, chegaram a compreender e desejar esse procedimento.

Mas, sempre que os homens falam ou escrevem, infalivelmente tratam dos assuntos das suas atividades. É impossível que caçadores e pescadores não conversem sobre caça e sobre pesca. Difícil que os caminhantes, ao pararem para o repasto e o rápido repouso, não relembrem os episódios da caminhada. Assim os estudiosos e os cientistas, os intelectuais e os educadores. É a simples condição de estarmos sempre impregnados das coisas que somos, daquilo que vivemos por vocação e por amor, de tal sorte que irradiamos um pouco do estado de espírito que nos domina e daquilo em que mais pensamos.

Agripino Grieco, em "São Francisco de Assis e a Poesia Cristã", diz que o pastor que só se alimenta de frutas tem no hálito o aroma de frutas e que São Francisco de Assis tinha na boca o aroma de Deus porque só falava e cuidava das coisas de Deus.

Educadores falando ou escrevendo para educadores, numa pausa para que se comuniquem os que lutam a mesma luta, sofrem as mesmas tristezas e gozam as mesmas alegrias, e cada um possa admirar o trabalho do outro, não podemos deixar de nos referir às nossas grandes tarefas, todas valio

sas, dada a multiplicação que experimentam os seus resultados na repetição em proporção geométrica, através de pessoas e gerações.

O eco das nossas palavras em classe perde-se na distância, de futuro a dentro, e vai ressoar num tempo que não se pode precisar.

E é certo que todos nós, professores, experimentamos as influências que poderiam ser norteadoras de outros rumos e de outras condutas. Filósofos, moralistas, técnicos e humanistas, ensinaram-nos, direta ou indiretamente, outros meios de trabalho e de vida, que seriam certos diante de situações e diante da sociedade a que servimos. Mas, somos sempre surpreendidos diante de tantas opções, pela força das convicções, oriundas de outras fontes, familiares, sociais, políticas e às vezes produtos de resíduos culturais, chegados a nós pela via da tradição ou da hereditariedade. Então, não sabemos trabalhar por muitas coisas que pareceriam merecer o esforço que seria até dever, na concepção de muitos. É que temos por eleição natural os nossos próprios objetivos, os nossos próprios ideais ou os nossos próprios prazeres. Em consequência lógica, ou lutamos por eles ou não lutamos por coisa alguma.

Entregamo-nos, dessa forma, numa verdadeira doação, ao magistério realizador de

nossa personalidade e construtor do nosso bem-estar.

A evolução dos métodos com que agimos é uma outra razão de estímulo, associada a um conteúdo que se renova e enriquece a cada pesquisa, a cada estudo aprofundado, a cada reflexão.

A sala de aula não é mais o lugar exclusivo de atuação do professor, como o era na compreensão antiga, semelhante à necessidade de base sólida, profunda e com forte dose de cimento e pedra com que se assentavam em lugares definitivos, para sempre, os dínamos geradores das atividades fabris.

A energia formidável que os professores estão a gerar no desempenho de sua missão é de um tipo superior a todas as outras das quais é, podemos dizer, o primeiro motor. E a sua mobilidade é semelhante a dos elementos naturais, sem limite de locomoção no espaço imenso, que ilumina e a que comunica a existência de vida, ao menos inorgânica. Ele caminha como os módulos ou como as nuvens.

Se a sua grande missão é ensinar para a vida, capacitar os outros a decidirem diante das opções constantes, cuja escolha é às vezes decisiva ; se ele tem como objetivo a fixação de hábitos e atitudes humanas e transmitir a habilida-

de de fazer, quatro paredes não lhe servem de limite por mais que as tornemos ambientais e visuais por todos os instrumentos materiais de reprodução do que anda e vive lá fora. A amplitude do seu ensino requer também espaço livre, a praça, o campo ou o ambiente jurídico das instituições que servem ao homem. É preciso levar os que estudam conosco aos mirantes naturais ou institucionais, para verem na distância as dimensões do mundo físico, a amplitude das criações humanas, a imensidão da inteligência e sua capacidade de criar, bem como o cosmos, anterior ao homem e criado, como é óbvio, por uma inteligência muito maior, por um infinito muito mais infinito, num tempo e num espaço de que somente pode dispor o Senhor do tempo e do espaço.

Creio não haver exagerado em fixar assim a amplitude do trabalho do mestre perante seus alunos. Ele lida com todos esses elementos em dosagens compatíveis com o nível daqueles a quem no momento tem diante de si - na escola, no laboratório, no escritório, na oficina ou ao ar livre, na praça e no campo.

Se ele é mestre de uma especialização, não poderá deixar de abrir as cortinas do ambiente de trabalho para situar aquele detalhe no complexo em que está encravado; não poderá deixar

de dizer da sua origem e do seu destino, da sua utilidade, direta e indiretamente. Senão, como dizia Jean Baptiste Say nas suas lições preliminares sobre os exageros da especialização, seria demais humilhante só aprender a fazer a vigésima parte de um alfinete. Ainda por que, se a atividade de cada um e, portanto, o que deve aprender a fazer, cada vez se limita em extensão horizontal, apesar de crescer em profundidade, a saída do trabalho, a largada final do horário, é a abertura de uma porta larga para um mundo imenso de utilidades e de contatos que devemos conhecer para saber usar. E tendo que usar tanta coisa e lidar com tanta gente, cumpre aprender a não se perturbar, não abraçar, não perder a saúde mental.

De sorte que - isso é por demais sabido - é difícil ser professor quando se mede a amplitude dessa tarefa, em qualquer grau de ensino, em qualquer disciplina ou conteúdo. Ainda por que o educando é outro personagem igual ou superior a nós professores, e a consciência dessas duas grandezas deve existir entre ambos.

Não creio que a escola tenha sido risonha e franca. A didática da dor não poderia gerar alegria. Alegre é a escola de hoje, da qual, orgulhosamente, somos protagonistas. Usamos os recursos mentais da motivação e da persuasão; nada

impomos mas sabemos despertar a curiosidade e o entendimento. Instrumentos materiais? Usamos os necessários a diminuir o esforço de aprendizagem e a despertar um riso de contentamento no aluno, pela sua íntima manifestação de haver compreendido um fenômeno, de haver aprendido a fazer, ou de haver descoberto vida em objeto que julgava morto. Apenas teremos sempre de exigir um esforço pessoal por mínimo a que a técnica o reduza, porque esse esforço para a aprendizagem nos parece indispensável, inseparável da atividade de aprender.

Somos, assim, companheiros mais velhos (às vezes) e mais conhecedores daqueles que estão a aprender conosco e com os quais (às vezes) muito aprendemos também. É assim alegre e profundamente humana, apesar do estudo cada vez mais técnico, a escola de nossos dias, de qualquer dos três graus em que o ensino está se tornando individualizado, em que temos de conviver cada vez mais diretamente com os alunos, em repetidas audiências que dão conta da aprendizagem e contam os passos do seu progresso. Relacionamento intenso e constante, para vencer as barreiras que possam surgir na transmissão dos conhecimentos e na fraternidade.

Muitas vezes, as atitudes duras e

secas dos alunos dão uma idéia falsa do que vai dentro de cada um. O mundo interior não se vê de longe por mais fortes que sejam os meios de anular distâncias. É preciso aproximação real para compreender e sentir.

Na missão de professor presenciamos, como ninguém, a passagem das multidões jovens. É multidão que se renova pelos que a compõem, mas é sempre a mesma no conjunto de sua personalidade coletiva, nova, irrequieta e ativa. O professor nunca está só. No seu afastamento ou isolamento, quando é chamado a tarefas administrativas, mesmo em educação, ele sente o eco em surdina dos momentos entre aulas e goza do silêncio intercalado das classes onde percebe as mil vozes dos olhares sobre si, olhares de aceitação, de interrogação, de protesto até, e muitas vezes de ternura também.

Nós, pessoalmente, é que talvez devêssemos receber de muitos que nos vão ler, alguma palavra orientadora, pois muitos possuem uma experiência longa na moderna educação e, em conjunto, abrangem várias disciplinas e lidam com vários tipos de alunos, destinados a uma grande quantidade de profissões.

Mas, já que ousamos colocar-nos no lugar do que escreve, honroso e sumamente agradá-

vel pelo que representa também em fraternidade e calor humano, não queremos desencantar, mas dizer como humilde retribuição, e também como uma saudação à vida de docentes que tantos desempenhamos, que o magistério deve merecer uma dedicação senão exclusiva, pelo menos fundamental. O que possui um contingente poderoso de experiências poderá fazer das aulas uma operação viva, cheia de realidades, de tal sorte que os alunos se sintam sempre nos lugares de fazer ou de viver o que se está a demonstrar e a dizer.

Em muitos estão aliados o profissional liberal de nível superior, vivendo os problemas de um desempenho concreto, e o mestre que vem à classe cheio de notícias valiosas e de casos concretos sobre a aplicação da disciplina que escolhe para transmitir com os ricos recursos que uma formação pedagógica colocou ao lado de suas inteligências. Em nosso sistema, o graduado em qualquer carreira que adquire a formação pedagógica para continuar ou para vir ensinar, representará, na escola brasileira, o tipo aperfeiçoado de uma estirpe de professores que, com um conhecimento didático sistemático e muitas vezes sem ele, é responsável pela formação de gerações e gerações de profissionais que foram os recursos humanos com que o Brasil contou, e que fizeram, de uma forma ou de outra, o que ele tem sido numa escala

crescente de desenvolvimento material, de progresso cultural e de aperfeiçoamento técnico.

Realmente, vale a pena viver quando se tem por missão despertar as potencialidades humanas, fazendo luz no universo infinito e de geração divina que é o mundo fantástico de cada homem, trazido à condição de nosso aluno e de nosso amigo.

Mas, diante desse aspecto da moderna educação, da responsabilidade de uma preparação para a vida, o professor terá que ser um grande conhecedor da vida, sobretudo dos problemas que o cercam, de seus alunos, de sua unidade escolar e de sua comunidade.

São tantas as coisas que deve conhecer para orientar suas aulas, sua missão, como as que deve saber e viver para orientar sua própria atitude como mestre. Principalmente porque ele não é mais unicamente o professor dentro da classe, tendo a ver apenas com o que se desenrola nesse pequeno mundo, porém, dentro de um espaço material e imaterial maior - o da Escola - que, por sua vez está intimamente ligado a outro - também maior - um Sistema estrutural - dentro de outro - um Sistema Educacional - com implicações filosóficas, políticas, sociais, econômicas e financeiras.

2 - AS LIMITAÇÕES

Queiramos ou não, estamos todos dependentes das coisas úteis que poderemos chamar de recursos, para seguir a linguagem comum. Temos consciência de que eles são escassos para todas as tarefas, extremamente complexas, que fazem o bem-estar do homem.

Para educar utilizamos parte desses recursos que, logicamente, são retirados a outras tarefas. E como somos um pouco de administradores da educação, pois não podemos deixar pelo menos de conhecer a estrutura e a segurança dos tetos que nos abrigam, sob os quais trabalhamos, temos de ver, embora como notícias de um tempo determinado, qual a parcela que vamos utilizar dessas utilidades gerais, desses recursos, dessas finanças.

Temos então o dever de conhecer os meios de fazê-los render o máximo possível, quando responsáveis diretos, como administradores, como colaboradores nos colegiados a que pertencemos invariavelmente, ou simplesmente para entendermos as medidas adotadas pelos responsáveis, e, pela compreensão delas, colaboramos ao menos com a sua aceitação ou com a apresentação de críticas que visem correção e aperfeiçoamento.

Daí a iniciativa de reunir estas

idêias expostas parceladamente em muitas oportuni-
dades, numa tarefa de concatenamento, de arruma-
ção de peças isoladas como módulos, para constitu-
ir uma figura que se deva ver e faça pensar, como
aquela de Virgil Gheorghiu que assim se referiu à
sua atividade de escritor: "eu trabalho como o fa-
bricante de mosaicos".

Os trabalhadores em educação que me-
derem a honra de passar sobre essa construção, re-
colham as idêias que julgarem necessârias e rece-
bam por gentileza, a tarefa de dar-lhes o colori-
do de sua preferência, nessa obra que é apenas a
argila e a matriz para o trabalho criativo do lei-
tor que educa a si próprio, estudando, aos outros
ensinando, pesquisando, repetindo, fazendo, orien-
tando, construindo, administrando. Quaisquer des-
sas tarefas, desempenhadas com amor no propôsi-
to de servir, constitui sempre uma lição.

Essa preocupação por tão relevante
problema não é hoje, porém, somente do professor
do.

É significativo e auspicioso para
um país que os seus homens, responsáveis também
pelas tarefas públicas de menos posição hierárqui-
ca ou pelos encargos de natureza privada, comecem
a reunir-se para estudar os problemas comuns e en-
contrar soluções que, pelo menos, mais se aproxi-

mem de soluções racionais e atentem aos interesses coletivos.

Somos férteis em idéias, nós brasileiros, e à medida que aprendemos e realizamos o metabolismo cultural de transformá-las em sangue e substância vitalizadora, realizamos o Brasil.

Temos paz para trabalhar. Seria, então, um ideal válido criar um novo ufanismo: o de que somos um povo de trabalhadores. As falsas imagens da contemplação, da indolência e da imitação devem ser quebradas, numa sagrada e patriótica iconoclastia. Temos que aperfeiçoar nossos instrumentos de trabalho e nossos meios de realizar a ordem e a produção, aperfeiçoando o homem que vai usar os instrumentos e os meios.

3 - HIERARQUIA DAS TAREFAS

Suponho estejamos todos conscientes de que é preciso inverter a ordem ou a desordem recebida do passado. Primeiro preparar os homens para uma situação futura e reformada. Reformada em grande parte pela sua própria energia, emanada do filete ou torrente dos seus conhecimentos. Depois, então, reformar a estrutura administrativa que os homens bem preparados conseguirão manter e aperfeiçoar. E não o que comumente se está fazen-

do: reformando os sistemas para entregá-los aos homens do sistema reformado e antigo que, no máximo, contemplarão atônitos e pessimistamente, um novo organograma. Verão o novo mapa do caminho a percorrer, mas não conhecerão sequer o painel de instrumentos que comandarão. Os desastres estão aí, registrando as perdas de dinheiro nos contratos de reformas, superpostas no espaço e no tempo, como uma pirâmide de degraus, como uma torre, semelhante àquela que queria, com pedra e cal, ilusoriamente, alcançar o céu.

Victor Thompson adverte que o maior tesouro do homem é o homem. Por que se tenta sempre superpor a pessoa jurídica, fictícia, à própria pessoa real? Os caminhos devem ser preparados para alguém que, anteriormente preparado, precise dele para sua missão.

O papel de técnico na tarefa de formular os planos de desenvolvimento sócio-econômico é prova dessa consciência que deseja afirmar-se, fazendo valer o critério de prioridade da formação do homem, do técnico, sobre a remodelação dos instrumentos e meios de trabalho reformulados à sua revelia e, mais que isso, sem o seu conhecimento.

Penso que tencionamos, antes de tudo, capacitar as pessoas a bem organizarem as coi

sas. Antes de ditar a cada uma como deve dividir o seu trabalho e executar suas tarefas, prepará-las para que o façam.

Desgraçadamente para o serviço público, a preocupação maior dos dirigentes tem sido para reformar estruturas administrativas e entregá-las às mesmas pessoas da velha organização, instruídas apenas sobre as novas denominações, as novas siglas.

Uma elite cultural e técnica, no entanto, tem consciência do problema. Está inconformada com essa atitude e faz o que está a seu alcance; uma constante doutrinação no sentido de que é melhor preparar os homens que jogados na estrutura seriam pólos de irradiação reformista, pulverizados, transformando o conjunto, suave mas constante e eficazmente. Os homens dessa elite realizam essa educação, nas ilhas de suas organizações educacionais específicas.

No estágio cultural e técnico avançado dos países que se recuperaram rapidamente no pós-guerra, está, principalmente, a explicação do milagre. Se não possuíam ainda uma bagagem técnica substancial, o desenvolvimento de suas inteligências, pelos conhecimentos de que eram possuidores, ensejou a assimilação da técnica importada, depois de abrir seus olhos para o que ocorria

em torno de si e, conseqüentemente, fazê-los deliberar desenvolverem-se.

CAPÍTULO II

1 - UMA CONTRIBUIÇÃO DO PASSADO MAIS DISTANTE

Na História das Idades Antigas e Média, um aspecto tomamos para tecer algumas observações: sua contribuição à ciência econômica e às respectivas doutrinas.

Principalmente esta segunda fase da História, alvo das mais desencontradas opiniões sobre o valor para a humanidade, foi fértil na tarefa de criar e desenvolver instituições daquela ciência, que permaneceram.

Em reforço de sua contribuição, anotemos também o que se registra antes e depois, como preparação e como decorrência.

Na Antiguidade, os primeiros passos dados no tocante às observações e conceitos da Ciência Econômica são encontrados nos seus filósofos.

Na Grécia, Xenofonte, como outros, deixou entrever nas suas obras princípios dessa nova ciência que começava a aparecer e ia tomar a forma que hoje possui, e que veio a ser um poder tão dominador de todos os movimentos humanos. Foi Xenofonte que lhe deu a denominação genérica. De-

pois Platão, trazia traços mais salientes e mais importantes desse novo assunto, pregando uma sociedade em que as riquezas seriam coletivas e a vida em comum entre todos os homens.

Aristóteles que chegou a admitir a economia como ciência, teceu a primeira teoria sobre o valor. Consideramo-lo a maior figura da Antiguidade em todos os ramos do conhecimento em que se externou e para os quais pensou tão profundamente. Suas observações foram de intensidade tal que os conceitos delas derivados e emitidos pelo seu estilo simples estão presentes, constantemente, para onde se volte a inteligência.

A existência do pensamento econômico vem, assim, de época remota e, como se deduz, por muito tempo foi apenas embrião na literatura filosófica e custou muito até que sua presença fosse verdadeiramente notada. É que a sua vida absolutamente abstrata naquela época, somente poderia tornar-se visível na lenta marcha do progresso da educação e da cultura e somente poderia chegar a um ponto de destaque quando estas chegassem também. Os entraves ao progresso, como acentua Clarence M. Case, são em proporções maiores do que os meios que lhe favorecem a marcha. Isto acontece no sentido geral em que o estuda Case e no sentido particular igualmente.

Depois, considerando presente no seio da sociedade o pensamento econômico, devemos então observar quanto à corrente espiritual que o deve nortear, ou seja, se terá a economia os seus planos regulados pelos altos princípios morais (corrente espiritualista, propriamente dita), ou se, ao contrário, formulará os seus princípios em bases organistas, ou modeladas sob um materialismo absoluto.

Observando-se também esse aspecto, ainda a História vem a ensinar que, dada a instabilidade na predominância de orientação do espírito humano, a economia tem dado o braço, ora aos primeiros princípios, ora aos segundos.

O desenvolvimento desses princípios, vemo-lo em todo o curso da História das doutrinas econômicas.

Dos primeiros tempos até à Idade Média, (Século VI), foram os seus passos da mais acentuada e branda lentidão, nas mais pálidas cogitações, não se podendo falar sequer de problemas, porque, na realidade, eles não haviam surgido. As deficiências quase não existiam, ou não existiam como tal. A produção, a distribuição, eram feitas num automatismo inocente e por isso mesmo ainda não criminoso. De sorte que não podia o povo ressentir-se de defeitos que não sabia ainda distin-

guir por não conhecer situação diferente da que os seus antepassados viveram e ele experimentara.

Com a vitória do Cristianismo, quando a economia ia tomando real desenvoltura, começou a tomar formas mais nítidas. O Cristianismo tornou-a objeto de consideração, pois se tudo o que já existia do conhecimento econômico revelava que o assunto era por demais humano, não poderia permanecer em terreno abstrato, desde que, conhecido, a sua não observância e aplicação seria omissão criminosa, contrária assim às instituições e crenças dominantes na época. Daí a organização econômica medieval.

A incontestabilidade do valor que teve esse regime está hoje na afirmação de escritores e historiadores, podendo-se indicar entre eles, o insuspeito Augusto Comte, seguido pelos seus discípulos, repetidamente dizendo a verdade da afirmação de ter sido a Idade Média uma longa noite para a humanidade. Os métodos usados naquele período, racionais e humanos, assim o foram reconhecidos pela própria experiência.

Foi nesse tempo das corporações de ofícios que as questões de produção e de trabalho ascenderam a nível digno de observação, em que se considerou o elemento humano, não tendo sido melhor a sua aplicação e desenvolvimento, dado o es

tado de inferioridade cultural das massas popula-
res. Dos doutores da Igreja partiam os postula-
dos, aceitos em geral porque vinham acompanhados
dos preceitos religiosos e se impunham como um de-
ver religioso.

Essas considerações sobre o incre-
mento dos assuntos econômicos na Idade Média mere-
cem especial atenção, pois os fundamentos da sua
política influíram sobremodo em tudo que se pen-
sou e realizou depois, ora com o objetivo de se-
guir a sua trajetória, ora com o objetivo de ante-
por-lhe um obstáculo ou numa tentativa de ofus-
car-lhe o brilho.

Os feudos são lembrados e estudados
em toda consideração dessa natureza. Quando o não
fazem por admiração ou interesse nos seus princí-
pios, fazem-no somente levados pela curiosidade
de terem sido eles centro de uma forma político-
religiosa que perdurou na humanidade por um tão
grande espaço de tempo. No medievalismo já exis-
tiu, pois, a consideração do problema econômico,
e por isso ele venceu no seu tempo e, por que ele
venceu, tão facilmente se resolveram questões
mais difíceis e a humanidade pôde marchar para a
Resnascença.

Mas o regime feudal não foi total-
mente inspirado por princípios cristãos. Ao con-

trário e principalmente no que concerne à economia, o egoísmo e o desejo da fortuna e domínio foram, em doses não muito diminutas, seus impulsores em vários pontos.

Nasceu o sistema, na maioria das unidades feudais, da vitória conseguida pelas armas, e os feudos eram presenteados aos senhores que mais se distinguiram pelas suas drásticas medidas, pelo seu elevado barbarismo que suplantara a força alheia. Os dirigentes desses núcleos mais militares e econômicos eram, pois, os vencedores que mantinham sobre os seus então subordinados, numa hierarquia bem grande, o sentimento de que eram dominados ou subjugados. E os seus despotismos seriam ainda tanto maiores se não viesse em socorro dos vencidos o domínio das idéias cristãs, autoras de todo o progresso social da Era. Foi sob a inspiração dessas idéias que o medievalismo fez grandes feitos políticos e sociais, como a abolição da escravatura romana, estabelecendo em troca um suave regime de servos; despertou a atenção dos homens para os trabalhos da terra, desenvolveu o amor à família, combateu grandemente a usura e finalmente abrandou o espírito bárbaro da Antiguidade, formando a mentalidade que havia de gerar a Idade Moderna.

No terreno social, os seus frutos

foram sensivelmente maiores do que os do terreno econômico. Neste, grandes coisas, porém, existiram, como o maior valor dado ao trabalho, e, consequentemente a sua dignificação, melhorando consideravelmente o nível de vida dos homens, por conferir-lhes o direito garantido de propriedade, para sua estabilidade e da família: descanso dominical e liberdade de formar as corporações, órgãos por onde todos clamavam em favor de seus direitos porventura obscurecidos.

Ainda no tocante a outra condição essencial de uma boa economia - a previsão - os senhores da Idade Média tiveram seu valor. Consta ta-se isso no fato de dividirem os seus feudos em três porções: uma para os seus próprios usufrutos, mediante o trabalho regular dos servos; outra dividida entre os servos para a manutenção destes, as quais tornaram-se posteriormente hereditárias; e a última parte que permanecia inativa, numa espécie de reserva para o tempo em que as terras então cultivadas estivessem denotando cansaço nas suas produções.

Na época medieval a economia Finalista apenas teve começo. Não foram pois, os seus postulados que predominaram na sua organização. Somente séculos depois, colhendo em todos os tempos passados as lições da experiência, é que ela

veio propriamente a se formar e existir.

Pontos que essa corrente cristã adotada como lícitos na Idade Média não o foram, principalmente depois que São Tomás de Aquino, endossando quase todos os ensinamentos de Aristóteles, ampliou os conhecimentos de seus contemporâneos, comentando-os à luz de sua grande fé.

Assim, um dos maiores entraves ao desenvolvimento no setor financeiro medieval, fazendo com que nesse particular pouco progredisse, foi a consideração da ilicitude do juro e pregação, conseqüente, de que ele não devia ser praticado. Essa iliceidade advinha das convicções filosóficas do grego, mas, nem por isso, deixou de ser errada.

O progresso financeiro está dependendo dos bons sistemas de circulação de capitais e na sua maior utilização pelo maior número de pessoas, provado como está ter sido a deficiência desses fatores causadora da inexpressão monetária do tempo da escolástica.

Conquanto aquela consideração de ilicitude tenha partido de correntes cristãs, claro está que não foi uma medida a rigor decorrente da doutrina cristã, porque, o que esta condena não é o juro em si, e sim o exagero do lucro, a usura, cuja proibição somente surgiu depois, esta

belecida em encíclica de Leão XIII.

É possível acrescentar, nesta altura, que foi a experiência deste fato medieval, uma das causas do Mercantilismo surgido no início da Idade Moderna. A promoção social da humanidade que, meio concretizada, a Idade Média entregou ao futuro, num milagre de realização, pois a recebera no estado de barbárie mais acentuada, foi autora da Renascença, movimento de idéias em todos os sentidos e que trouxe tanta luz para o mundo. Embora não tenha sido em um só tempo esse movimento na totalidade das nações da Europa, e embora não tenha havido Renascença nos países setentrionais, para a economia ele foi de grande importância.

É atitude de base científica em prol da importância dos assuntos econômicos o fato de considerar-se o Renascimento, frente aos progressos materiais, quando a sua aceção mais vasta e mais difundida é na parte referente às conquistas do espírito, de alto desenvolvimento da literatura e das belas artes e das ciências matemáticas.

Ele foi, portanto, também econômico e este fato é objetivado pelas consequências do Renascimento técnico, compreendido nas invenções da bússola e da imprensa. O espírito aventureiro de portugueses e espanhóis fez surgir um novo mun

do, terras em que se podia ver um celeiro novo para a Europa. A economia teve aí novos horizontes.

Não tardou que viesse desse novo continente descoberto a profusão do seu ouro. Os estudiosos de então não demoraram em ver no metal a causa do enriquecimento das nações e eles, com o italiano Antonio Serra, despertaram os dirigentes para essa descoberta. E o Mercantilismo teve a força de um grande movimento já nos tempos modernos. Teria ele resolvido então os problemas econômicos da época? Afirma-se hoje que não, que a sua visão foi ainda deficiente, pois unilateral, não abrangendo o conjunto das coisas e dos fatos. Ele pregou idéias que geraram futuramente espíritos de vilão e despertaram, pela sua base liberal, o capitalismo.

Quando o Brasil começou a surgir na História, contribuindo com o ouro farto de seus sertões para a confirmação dos postulados mercantilistas da Europa, a experiência que para o mundo estava a meio caminho, para ele começou, pois todas as experiências se reproduziram em seu território e a sua evolução foi consciente e custou-lhe um esforço próprio até que pôde raciocinar e tomar conhecimento da História econômica universal.

Os reflexos do medievalismo aqui

foram evidentes.

De início estabeleceu-se uma organização meio feudal, imposta pela coroa portuguesa - as capitânias - que de fato em muita coisa se assemelhavam aos sistemas da Idade Média, como observa Rocha Pombo, até mesmo pela denominação da fé religiosa do Cristianismo.

Da antiguidade e do Medievalismo veio a substância do que parece mais duradouro, do que tem, afinal, sinais de definitivo.

Não é com raridade que surgem em nosso tempo, e não somente no terreno do pensamento econômico, instituições que logo morrem, enquanto aquelas das primeiras Idades perduram, e, no aperfeiçoamento para que todos os sistemas contribuam, como foi dito, a participação das suas idéias é mais constante.

CAPÍTULO III

UMA CONTRIBUIÇÃO DO PASSADO MAIS PRÓXIMO

Saimos, assim, da Idade Média com idéias básicas de grandes transformações: no terreno das artes, a inspiração nos temas materiais, até então postergados; no campo literário, a preocupação com as coisas de interesse imediato do homem, com o seu itinerário na terra de sua convivência e de suas lutas; no campo do conhecimento, o propósito de estudar, desvendar e melhor conhecer a natureza das coisas e a natureza humana, desdenhando-se das lições únicas da tradição, para a procura e a constatação do presente, através da pesquisa e da experimentação; no aspecto político, a idéia de Estados maiores, nacionais, retornando em novas bases; na economia, a ampliação do seu conceito restrito de "governo da casa", para uma atividade regional e agora nacional, e as idéias de moeda; na geografia, a ampliação dos limites do mundo.

A abundância de metais novos, trazidos sobretudo das terras recém-descobertas, sua aquisição, estocagem e aplicação pelos governos centrais, dado que as empresas para as navegações e para a colonização eram de grande envergadura,

determinaram a supervalorização do ouro e a força e poder naturais dos Estados Nacionais, superando a organização dos feudos.

Então, comércio e moedas, superestimados entre todos os demais componentes da atividade econômica, porque forneciam riquezas mais que qualquer outro, deram lugar ao surgimento dos sistemas chamados de Mercantilismo que variavam nas suas concepções e processos de ação, mas tinham por base o valor supremo dos metais.

A ausência de um posicionamento sistêmico dessas idéias, faz com que tudo não passe de um movimento em torno de um aspecto da economia, mas que era o único considerado com seriedade. É registrado, portanto, como o Movimento Mercantilista, ardorosamente praticado na França por Colbert e na Inglaterra por Cromwell, proveniente de idéias concebidas por Quesnay e baseadas nos fundamentos filosóficos de Jean Jacques Rousseau.

A quantidade de metais - ouro e prata - principalmente, possuída por um país, é que determinava o grau de sua riqueza, pois se eles não são o único valor, são, no entanto, o melhor instrumento de aquisição da riqueza, da posse de todas as coisas e até de fazer a guerra.

Um considerável fato histórico-eco-

nômico acontece: as providências monetaristas exclusivas levam a dificuldades econômicas de outra natureza, com reflexos na vida social, com a alta considerável nos preços, o aviltamento consequente dos salários e o descontentamento do povo ante a queda do seu poder aquisitivo. Em cima de tudo isso, o controle de toda a economia pelo poder central, único grande gerente, determinando já a presença das economias nacionais.

Além disso e como notava Locke, que fundamentou idéias posteriores de Adam Smith, as riquezas metálicas têm um caráter mais durável.

Os nomes que aparecem em cena são os de De Malestroit, Jean Bodin e Montcrétien. Também Dutot, Melon e John Law.

Sob as formas denominadas espanhola, francesa ou industrialista, inglesa ou comercialista e fiduciária, o mercantilismo orientou as economias dos séculos XV (segunda metade) a XVIII (primeira metade).

Implanta as concepções de economia nacional e de intervencionismo, com ênfase no valor dos metais e nas providências monetaristas.

Não teve base científica, pois foi fruto do pensamento e da ação de homens práticos nas atividades que depois se consubstanciariam em

atividades econômicas.

Os mercantilistas deram o primeiro impulso na consideração e sistematização dos pensamentos que estariam na base da história das idéias econômicas dos nossos tempos.

O intervencionismo que hipertrofiou os poderes dos Estados que renasciam em suas formas políticas, criou antagonismos entre as nações que lutavam cada uma pela maior parte na repartição internacional do ouro.

Internamente, desestimulou a atividade agrícola pelo aviltamento dos preços, provocado em parte pelos salários irrisórios e as circunstâncias econômicas.

Surge, então, a mais ferrenha reação contra, inclusive, a superficialidade da consideração de uma arte econômica, da economia como atividade sem profundidade científica.

O liberalismo e o individualismo surgem como oposição, manifestam-se e aos poucos se implantam, consubstanciadas na Fisiocracia, de origem francesa e no Classicismo, de iniciação in glesa.

Tinham, inicialmente, como ponto co mum, a reação ao intervencionismo que desprezava o curso livre e natural do fenômeno econômico e a

prática do interesse nacional exclusivo, que postergava o indivíduo e o posicionava como expectador, à margem dos frutos da atividade econômica benfazeja; registrando a expressão de Gourney: laissez faire, laissez passer, le monde va de lui même; queriam, igualmente, abandonar a atitude puramente prática diante dos fatos da economia, para procurar as suas razões, para procurar as explicações sobre os fenômenos que tinham tão intensas conseqüências sobre todos os aspectos da vida.

A partir de 1750, os estudos e observações vão dar lugar à elaboração sistemática de uma verdadeira Escola - a Fisiocrática, a primeira Escola econômica. É grande responsável pelas suas teorias o doutor Quesnay, autor do "Tableau Economique".

A Fisiocracia prega a vida espontânea da economia que tenderá a satisfazer a todas as necessidades vitais do homem.

A agricultura é a única e permanente fonte de riqueza e, conseqüentemente, para seu exercício, estímulo e desenvolvimento, a propriedade de terá de ser privada.

Distingue três classes na sociedade, sob esse critério econômico e agrícola: a classe produtiva, a dos proprietários e a estéril,

representada pelos comerciantes, artesãos, etc.

Quase ao mesmo tempo da elaboração das idéias fisiocráticas, elaborava-se na Inglaterra a teoria que haveria de se consubstanciar na Escola Clássica. Com efeito, em 1776, Adam Smith publica a "Riqueza das Nações". Além de Adam Smith, são postulantes dessas novas idéias de contestação do mercantilismo, Ricardo, Malthus e Stuart Mill, que em 1848 publicou "Princípios de Economia Política", e Jean Baptiste Say, na França.

Com Adam Smith, sobretudo, os estudos econômicos são mais aprofundados e em bases mais científicas. A ênfase é localizada no trabalho, na sua eficácia, na sua qualidade. O trabalho passa a ser considerado a fonte de toda riqueza, ao invés do ouro e da terra. Essa eficácia depende da divisão do trabalho e da sua produtividade.

O seu toque de individualismo e de liberalismo está em que postula o trabalho livre pelo interesse individual do lucro, mas concluindo que ao trabalhar denodadamente para si, o indivíduo contribui para o bem-comum, de maneira mais eficiente do que se trabalhasse com o propósito deliberado de servir à comunidade.

Desenvolve-se a macroeconomia, e a microeconomia tem sua sistematização em Smith e

Alfred Marshall.

Finalmente, quando da grande depressão econômica dos anos 1929 e 1930, principalmente, vale dizer, quando da constatação de que o liberalismo como fora praticado e como deveria continuar a ser, segundo a sua doutrina, conduziria a crises, uma contribuição nova vem enriquecer a teoria econômica.

Trata-se da Teoria Keynesiana, de John Maynard Keynes, que chega a constituir-se a própria teoria Econômica Moderna, baseada na análise do comportamento geral da economia (macroeconomia) e na análise do comportamento das empresas (microeconomia).

Essa preocupação com o comportamento do sistema econômico, constitui o que se denomina de "revolução keynesiana".

É uma constante análise econômica que substitui uma microestática por uma microdinâmica, entendida esta como o estudo dos desequilíbrios que experimentam as economias e que podem requerer tratamentos diversos, até mesmo os da economia clássica.

Mas, ainda aí não se chegou ao essencial. Nem mesmo uma reação aos desmandos do liberalismo desenfreado, autor do arqui milionarismo e do pauperismo. O comunismo veio dando idêntico

valor ao trabalho, mas insurgindo-se contra a propriedade privada.

A Doutrina Social cristã estabelece o primado do trabalho sobre o capital. A valorização do homem como objeto da economia, a quem tudo deve servir. Um sistema voltado para o "homem todo e para todos os homens". Os principais documentos que consubstanciam essa doutrina são:

- Rerum Novarum, de Leão XII, em 15-5-1891;
- Quadragéssimo Anno, de Pio XI, em 15-5-1931;
- Mater et Magistra, de João XXIII, em 15-5-1961;
- Octogésima Adveniens, de Paulo VI, em 14-5-1971;
- Laborem Exercens, de João Paulo II, de 14-9-1981.

O que, finalmente, parece se tenha conseguido até hoje, como um dos resultados da vida dessas doutrinas econômicas, é a conclusão lógica de que cada uma delas constitui uma contribuição à verdade, sucessivas fases em que se vê nascer a importância de novos fatores no funcionamento econômico, apontadas por umas as deficiências que sua anterior não soube olhar e corrigir, surgindo sob o influxo do raciocínio e da consciência, a paisagem completa do mundo social, não para a contemplanção apenas, mas para receber dos novos pensadores uma outra contribuição. Por isso é que tudo o que constitui hoje o especificismo da sociologia e da economia, ou seja, o espírito

das suas leis, é obra de uma trituração constante no tempo.

CAPÍTULO IV

1 - A IDADE DO ECONÔMICO

Em todas as épocas da história da humanidade, têm havido fatores que predominam sobre outros, na determinação do seu desenvolvimento, de modo a constituírem uma verdadeira característica do tempo.

Da fase em que nenhuma notícia sobre o pensamento do homem possuímos, os marcos de sua vida e dos estágios do seu desenvolvimento intelectual são assinalados pela matéria com que forjava os seus instrumentos de trabalho ou de luta, e ainda pela maneira como os modelava.

Mas, quando suas idéias já foram sendo fixadas pelas escritas ou pelas obras monumentais, ou pela arte, o pensamento predominante de cada época serviu para designá-la.

Então, há divisões temáticas baseadas nas predominâncias do humano, do social, do político, do artístico, do cultural, do econômico.

Creemos, no entanto, ser possível fixar hoje a existência concomitante das duas predominâncias - cultural e econômica. Ou ainda que a preocupação cultural esteja sendo superada pela pre

ocupação do econômico, porque todo o incremento cultural científico está mais ou menos a seu serviço.

No mínimo, estaria começando esta predominância do econômico. O humanismo, no sentido em que o coloca a filosofia, já tem fixadas as suas raízes e bem sólida a sua influência; o social, mais ou menos consolidado, preocupa mais intensamente em razão do econômico; o Estado, da mesma forma que o social; o povo, como objeto de quase tudo; a cultura a serviço do humanismo, do social, do estatal, do povo e mais acentuadamente do econômico, numa idéia decalcada em Eugenio D'Ors.

De sorte que sobre todas essas influências predominantes cada uma em suas épocas respectivas, a preocupação pelos sistemas econômicos, fora de dúvida, está mais acentuada hoje. É como fator e como fator influente ou determinante do comportamento das pessoas, dos grupos e das nações; o econômico ressalta de forma que o bem-estar seja considerado dele dependente.

É evidente o surgimento de uma idade do desenvolvimento integrado do mundo.

O aspecto cultural está consubstanciado na tarefa da educação. O economista social sabe do valor econômico da educação. O educador

conhece o valor de um certo status econômico no processo de educar, enfim sabe o quanto o seu exercício depende da economia para os seus fins mais sociais que individuais.

A preocupação pelo econômico se manifesta também pela contestação dos métodos e dos sistemas em voga.

Quando se diz que o sistema socialista consolida a pobreza a todos, ou quando se diz que o sistema capitalista moderno concentra a riqueza e o bem-estar em poucos indivíduos e deixa a grande massa longe das conquistas econômicas, sociais e técnicas, está-se preocupando com o econômico.

Um dos ramos dessa preocupação é a própria contestação ao que já se vem chamando "o mito do desenvolvimento econômico". Sob esse título, o desencanto dos próprios economistas, pelos princípios e axiomas que prepararam com entusiasmo e que entusiasmaram tanto.

De alguns contestadores, sobretudo da ordem capitalista do mundo ocidental, surge a perspectiva do caos, da morte do ídolo e da desgraça do mundo, sufocando na fumaça do monstro mecânico industrial. Ver as conclusões do Clube de Roma.

De outros, no entanto, há algumas idéias alentadoras.

Há até idéias muito antigas, muito simples, mas que contestam sentimentos antigos que são responsáveis pelas mais antigas injustiças na infelicidade do homem.

Dentro dessa conjuntura, portanto, de predominância dos assuntos econômicos pelas razões simples de que o número de pessoas a alimentar e servir cresce, e os recursos são escassos, cresce a necessidade de criar meios de multiplicação de tudo de que o homem se serve.

Trabalho, como é óbvio, do próprio homem. Para que ele desempenhe essa função fundamental, tem antes que desenvolver suas próprias potencialidades de inteligência e de acúmulo de conhecimentos. Então, aquele fator denominado trabalho tem antes que crescer em qualidade e, assim acontecendo, passará a constituir-se concomitantemente em capital, um capital intangível, que se divisa pelos seus resultados, pois não tem estocagem perceptível.

A comparação com as Nações, pela sua idade e pelo grau de progresso que atingiram, mostra eloquentemente a força desse capital intangível que supera em eficiência todos os outros fatores, pois multiplica-os em quantidade, multipli

cando a sua produtividade.

Se ocorre a falência dos outros fatores por vários motivos, ele, o fator trabalho, pela sua indestrutividade, permanece. E, se no seu presente é sufocado ou paralisado, os resíduos surgem das inteligências que permanecem, como os tesouros do fundo da terra, ou do fundo do mar. E esse produto de uma garimpagem ou de uma extração cultural será o motor de novas reconstruções e de novos progressos. A história o comprova.

Por isso a formação desse capital, desses recursos humanos está na primeira linha das atividades dos planejadores modernos, dos excutivos, legisladores e dos educadores.

Dizendo Theodore W. Schultz, no seu "Valor Econômico da Educação" que "educar significa etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente", o princípio do desenvolvimento econômico da ocupação plena dos recursos não pode deixar de considerar esse imenso potencial e, através do processo de educação, dinamizá-lo.

Para dimensionarmos bem claramente a posição da educação, sobretudo no moderno aspecto da educação técnica, do conhecimento técnico, uma consulta aos escritores estudiosos dos temas sociais e econômicos dá sua exata medida.

Jean-Jacques Servan-Schreiber, em "O Desafio Americano", diz que "as fontes de riqueza e de progresso são mais imateriais do que nunca", ou "o mais rendoso dos investimentos: a formação de homens", e ainda, "hoje os fatores mais importantes na expansão econômica, os que figuram na cabeça da lista de trinta e um fatores de expansão recenseados por Denison, são: a educação geral e as inovações tecnológicas". A conclusão de Eduard Denison no seu célebre relatório é de que "o ensino constitui o fator mais importante entre os fatores econômicos de expansão".

Voltando a Servan-Schreiber, temos outra eloquente afirmação: "a necessidade fundamental é de adaptação às técnicas modernas, portanto, a necessidade de educação. No ritmo de mudança que devemos prever, a educação no sentido clássico será, de longe, insuficiente. Será necessária uma adaptação constante e a possibilidade de oferecer a todo instante, reciclagem, na base de programas educativos organizados para aqueles que, de qualquer modo, não vão querer deixar de ter uma vida ativa".

Tudo isso naquele sentido coletivo, global, das medidas de hoje, numa ampliação do pensamento clássico de que "cada homem que se melhora a si próprio está também melhorando a riqueza comum", como refere Joan Robinson em Filosofia

Econômica, ao tratar das inovações trazidas por Keynes.

Desde Platão e Sócrates, em Atenas, sempre existiu no Mundo Ocidental civilizado dois tipos de ensinamentos: o da investigação científica e filosófica e o das coisas imediatas, preparação para a vida quotidiana, a política e a sociedade locais, do momento que se vive e sempre de conclusões pré-estabelecidas, de ponto de vista a defender e viver.

A Escola não é, hoje, para o fim pessoal de alguns ou de muitos, mas para o fim social de cada um e de todos.

Nesse quadro, não vemos necessidade de desencadear uma luta entre humanismo e tecnicismo e o mundo ser do vencedor, seu espólio de guerra, seu vencido, seu escravo. Precisamos de ambos, como o corpo humano não prescinde da cabeça, das pernas, braços e mãos para a luta da sobrevivência. Consideramos humanismo e tecnicismo componentes essenciais de nossa inteligência, cultura e força de trabalho. Qual a realização vital para o homem e o mundo que não tenha sido resultante ora de um, ora de outro ou de ambos esses fatores essenciais?

As necessidades constantes e as do momento que se vive é que poderão determinar a
Labim/UFRN

intensidade de uma e de outro nos ensinamentos e na prática. A vida e a experiência nos ensinarão a dosar uma e outra, ambas sempre alteradas, raramente iguais e sempre presentes.

Nota Joseph Basile no seu "A Formação Cultural dos Quadros e dos Dirigentes", as opiniões de Raoul Dautry de que os chefes deverão possuir 25% de técnica profissional, 25% de imaginação e 50% de cultura, e a opinião de Maurice Guillet de que os engenheiros necessitariam para o seu triunfo de 25% de formação técnica e 75% de cultura.

Cultura, segundo Alfred North Whitehead, em "Os Fins da Educação", "é atividade do pensamento e receptividade à beleza e ao sentimento humano". - Acrescenta que "fragmentos de informações nada têm a ver com ela. Um homem meramente bem informado é o maçante mais inútil na face da terra. O que deveríamos procurar produzir são homens que possuam cultura e conhecimentos especializados em algum ramo particular. Seus conhecimentos especializados lhe darão um ponto de partida e sua cultura os levará até as profundidades da filosofia e às alturas da arte".

2 - O PENSAMENTO ECONÔMICO

Desde que entregue aos seus próprios esforços, tendo que procurar com o suor do seu rosto suprir todas as suas necessidades, o homem teve preocupações de ordem econômica. O seu pensamento, portanto, elaborou atitudes que certamente envolviam em princípio a mesma estratégia que hoje em escala muito maior somos obrigados a formular, visando a aquisição dos bens indispensáveis com um mínimo de desgastes de força e de tempo.

Certamente que, logo em seguida às questões das suas relações com o seu Criador, as de ordem econômica, foram as primeiras a ocuparem a sua inteligência e para as quais empregou seus músculos e seu tempo.

Na hierarquia e na ordem cronológica, o problema econômico deve ter sido, pois, contemporâneo das primeiras atividades, indiscutivelmente aquelas da subsistência.

Por isso, vemos como, inicialmente, a atividade pela subsistência predominou na vida do homem, com as suas determinantes sociais poderosas. Começando pela caça e pesca e se fixando principalmente no pastoreio, aparece como pastor a acompanhar os grandes rebanhos pelos sítios de

melhor pastagem. E foi nômade, em consequência.

Depois, quando, ao chegar aos grandes vales, transfere sua atividade para a agricultura, tem que sedentarizar-se. O trabalho agrícola, requerendo permanência, pois entre o plantio e a colheita vai algum tempo, determinou um novo estágio de organização social e econômica. Construindo, em face da necessidade de permanecer, sua residência em caráter definitivo, o homem fê-la mais aperfeiçoadamente.

Para livrar-se, em seguida, das incursões daqueles grupos que ainda no primeiro estágio desciam os vales e desejavam pela força apoderar-se do trabalho já realizado, construiu muros em torno dos seus aglomerados. A vida intramuros obrigou-o à criação e aperfeiçoamento de outras atividades, fazendo nascer o artesanato.

A preocupação pelo econômico aparece, assim, nos próprios resultados do trabalho humano, sempre mais aperfeiçoado nos métodos de produção e sempre produzindo mais e melhor. Outro fenômeno evidente é a correlação do processo social com o processo econômico.

A existência do pensamento individual evolui para a preocupação de ordem coletiva assim que os agrupamentos humanos passam a formar as coletividades primitivas.

A revelaçãõ recente de documentos das antigas civilizações orientais demonstra a preocupaçãõ coletiva e governamental pelos problemas de ordem econõmica, sobretudo na legislaçãõ caldaica e no Egito.

3 - A CIÊNCIA ECONÔMICA

Outra coisa é o aparecimento do econõmico como ciência. Estando nas preocupações do homem desde as suas primeiras atividades, deveria, realmente, o problema econõmico ser formulado com bases nos conhecimentos advindos da experiênciã a aparecer no campo científcico com as suas leis.

Entre os Gregos, sobretudo em Aristóteles, aparecem as primeiras cogitações sérias em torno da vida econõmica. Entretanto, o termo Economia tem a significaçãõ restrita do "governo da casa".

O termo Economia Política somente muito mais tarde, em 1615, aparece no título do livro de Antoine de Montchrétien, "Traicté de l'Economie Politique".

Daí em diante a ciência econõmica tem tido um desenvolvimento crescente, tomando um lugar de destaque entre aquelas que mais direta-

mente interessam ao homem e cujo campo de ação mais influí em todos os aspectos da sua vida e mais contribui para o seu bem-estar. Chegou à predominância de que goza hoje, ao lado da sociologia, para informar os critérios políticos.

Na economia clássica a maior preocupação foi com a produção. Ver Adam Smith.

No século XIX (influência, inclusive, de Ricardo - século XVIII) a economia passou a considerar mais o problema da distribuição.

No século XX, a análise econômica preocupou-se com o fenômeno das flutuações na atividade econômica.

Podemos, então, resumir que os objetivos da ciência econômica têm sido:

- A produção (Adam Smith. "Riqueza das Nações".)
- A distribuição (Ricardo.)
- A análise das flutuações (Keynes. "Teoria Geral".)
- O desenvolvimento - Distribuição. (Guerra. 1939/1945. ONU - CEPAL.)

4 - ALGUNS CONCEITOS

Antes da distinção entre os vários ramos da Economia como ciência, notadamente daqueles que mais interessam como instrumento para compreensão da conjuntura atual e das estruturas com as quais lidamos mais estreitamente, uma breve explicação sobre o conceito de ciência.

Segundo o critério clássico a ciência é o conhecimento das coisas pelas suas causas (*Scientia est cognitio rei per causas*). Sendo a economia rigorosamente baseada nas causas e efeitos de todos os fenômenos econômicos, é realmente uma ciência. Para formular suas leis teve e tem de observar a relação constante entre causas e efeitos. Esse trabalho, que cresce dia a dia em face das transformações mais aceleradas da sociedade, como efeito e as vezes como causa, e das medidas econômicas, cada vez mais confirma a existência da economia como ciência.

4.1 - ECONOMIA POLÍTICA

Já fizemos notar que a existência de um pensamento econômico remonta aos primeiros trabalhos do homem para prover a sua subsistência, ao passo que o aparecimento da economia polí

tica é dos tempos contemporâneos, 1615, quando Antoine de Montchrétien publicou "Manuel d'Economie Politique".

Vários são os conceitos que melhor procuram traduzir os objetivos da disciplina e ela é então definida como "a ciência da riqueza" ou "a ciência que trata da produção, distribuição, circulação e consumo das riquezas".

4.2 - ECONOMIA SOCIAL

Esta disciplina, mais recente, nasceu da observação constante das relações entre os fatos econômicos e os fenômenos sociais, sendo definida como "a ciência que trata das consequências sociais da aplicação das teorias econômicas da produção, distribuição, circulação e consumo das riquezas". Os temas que compõem o seu conteúdo surgiram, sobretudo, durante e após a revolução industrial, quando os problemas da economia fogem ao aspecto exclusivamente político e passam a influir na sociedade.

Tais são as relações de dependência dos acontecimentos sociais em relação aos fatos econômicos que, à medida que estes acontecem, a previsão das transformações sociais é de uma quase infalibilidade.

Segundo Walter Hagenbuch, em "Economia Social", as atividades dessa disciplina podem ser consideradas de quatro pontos de vista: 1 - como um ramo da economia aplicada: a aplicação da teoria econômica aos problemas sociais; 2 - como um ramo da estatística aplicada: a medição da extensão e constituição dos problemas sociais; 3 - como um estudo das causas sociais do comportamento econômico, que pode ser chamado ecologia econômica; 4 - como um estudo das consequências sociais do comportamento econômico, que alguns chamariam de economia do bem-estar.

Aquelas coisas que me ensinaram como fundamentais ao conhecimento da ciência econômica ainda me parecem fundamentais. Muitas concepções novas surgiram, processos mais aperfeiçoados e eficientes, mas sempre erigidos sobre aquelas bases que constituem uma linha constante.

5 - ESQUEMA ELEMENTAR DO SISTEMA ECONÔMICO

Aprendemos no Curso de Capacitação em Problemas de Desenvolvimento Econômico e em um dos seus manuais a delinear um esquema elementar de sistema econômico. É lição inicial de Economia que todo o processo de produção começa pela conjugação dos três fatores produtivos: recursos natu-

rais, trabalho e capital, numa ordem que deve ser a ordem cronológica do seu aparecimento.

Temos então que, reunidos na empresa estes três fatores, dois fluxos de atividades têm lugar. De um lado, para movimentação desses três elementos, tem o empresário que despende com salários, juros, impostos, taxas, aluguéis. Os indivíduos que os obtêm estão habilitados a procurar, e o fazem infalivelmente, os serviços e utilidades necessários à sua vida, tais como alimentos, vestuários, moradia, transporte, serviços. Por outro lado e em resultado daquele dispêndio, ocorrerá a produção agrícola, pecuária, têxtil, de construções, de estradas e veículos. Tudo isto dará como resultado para oferecimento aos compradores, exatamente aquilo que está sendo procurado: alimentos, vestuário, moradia, transporte, serviços, etc..

Os dois fluxos - o da procura ou de de manda e o da oferta - encontram-se num ponto que se denomina mercado de bens e serviços. A intensi dade ou fragilidade de um ou de outro dos fluxos, determinará o mais alto ou mais baixo preço dos bens e serviços. O seguinte gráfico representa es ta movimentação elementar do sistema econômico:

Recursos Naturais
Trabalho
Capital

Salários
Aluguéis
Juros
Impostos
Taxas
Etc.

Produção agrícola
Produção pastoril
Produção industrial
Serviços
Etc.

Alimentação
Habitação
Vestuário
Transporte
Diversos
Etc.

Mercado de Bens
e Serviços
Preços

Alimentação
Habitação
Vestuário
Transporte
Diversos
Etc.

Todo o complexo da vasta operação econômica terá sempre como objetivo a reunião dos fatores, de tal forma que sempre seja maior o número dos que recebam proventos sob quaisquer daquelas apontadas modalidades, e maior e melhor seja a produção daquelas coisas que vão ser procuradas, para que o preço apareça justo e proporcione aquisição por parte de todos.

A operação, assim, envolve uma série de técnicas, desde a maneira, quantidade e oportunidade de reunião dos fatores, aos processos de trabalho na produção, modalidade de comercialização, lucros, até a oferta ao consumidor. O mercado é o ponto indicativo do êxito ou não dessa técnica, através do preço, através da procura insatisfeita ou da oferta excessiva.

CAPÍTULO V

CARACTERÍSTICAS DOS FATORES PRODUTIVOS
E DAS NECESSIDADES

A dificuldade que apresenta aquele objetivo aparentemente simples começa quando se observa que os fatores produtivos são relativamente escassos e distribuídos desigualmente, e que as necessidades são diversificadas e cada vez maiores.

1 - PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

Toda a economia, assim, ficará a braços com três problemas fundamentais: o que deve produzir e em que quantidades; como se deve produzir; e para quem se deve produzir.

Os problemas de prioridade na produção, nos países subdesenvolvidos, são sempre relativos às utilidades mais imediatas e quase sempre fáceis de estabelecer, como também de resolver no que tange aos recursos naturais porque muitos são os recursos naturais ociosos. Nas economias de pleno emprego, isto é, naquelas em que os recursos naturais estão totalmente empregados, há

grande problema de substituição de uns produtos por outros, com o conseqüente fenômeno dos custos crescentes, impelindo à solução da produção em massa.

O problema que nasce de imediato, que transcende para a ordem social, é o de que a produção deva ser dirigida para as necessidades de todos os homens ou, tendo em vista os resultados da tarefa, para os homens que a realizam, isto é, o lucro que possam auferir dessa atividade. É bem claro que esta última opção cinge o problema ao aspecto econômico. Por isso, originou as questões sociais sob as quais se bate o mundo desde que, deixando de pensar tanto nos deuses, pensou no homem e nos homens em comunidade.

A prática comum do sistema que visa ao lucro - o sistema capitalista - na maior parte do mundo moderno e sobretudo nos blocos realmente desenvolvidos, tem levado a uma concentração de capital nas mãos de pequena porcentagem da população de cada país, de sorte que grande porção não goza dos benefícios de um programa que é a meta de governos e regimes políticos.

Portanto, essas três questões fundamentais são decisivas para estabelecer o caráter não mais somente de uma economia, mas da sociedade, até para indicar se ela é justa ou injusta.

2 - A COMBINAÇÃO DOS FATORES PARA UM MAIOR RENDIMENTO

A escassez relativa e a distribuição desigual dos recursos naturais, bem como a constante carência de trabalho especializado, pois a mão-de-obra nos países subdesenvolvidos não é qualificada, e mais a imensa falta de capital, exigem uma aplicação desses fatores dentro de maior racionalidade.

A pesquisa tem que originar uma técnica que informe a maneira de empregá-los para um rendimento suficiente ao atendimento das necessidades da procura e de forma que constitua um incentivo ao espírito empresarial.

CAPÍTULO VI

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em 1934, Joseph Schumpeter, em "Teoria do Desenvolvimento Econômico", dizia: "O desenvolvimento econômico é, até aqui, simplesmente objeto da História Econômica, que, por seu turno, é meramente uma parte da História Universal, só desligada do resto para fins expositivos".(1)

1 - QUANDO SURTIU

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o estado em que ficaram as nações vencidas e vencedoras despertou a atenção do mundo intelectual e do mundo político para elas próprias e, por via de consequência, para as outras nações mais pobres e em situação que se equipara a um permanente pós-guerra. Este estado de miserabilidade de populações imensas ou de classes numerosas, que se vinha agravando desde a revolução industrial, estava então a preocupar, de uma maneira, porém, muito romântica. A literatura que o vinha tomando como tema recrudesceu na sua apreciação, contribuindo pela apresentação ao vivo, nas obras novas e no estudo das anteriores, para des-

pertar o mundo no sentido de demorar o seu pensamento sobre o grave problema.

Depois da última Grande Guerra (1939-1945), a facilidade das comunicações e os intercâmbios deram à situação reinante, sobretudo no mundo pobre, maior que o outro, um caráter de calamidade. Os setores políticos, encaminhados numa posição ideológica, em que duas posições colocavam como ponto de honra a luta contra a miséria e em favor de uma promoção do homem, encararam com seriedade o problema.

Os documentos emanados dos países ocidentais aliados contra o eixo Roma-Berlim fixavam os propósitos de assegurar a todos os homens do mundo "poderem desfrutar segurança econômica e social". Assim determinaram na Declaração Interaliada e na Carta do Atlântico, ambos de 1941, na Declaração das Nações Unidas, em 1942, e nas Conferências de Moscou e Teerã, em 1943, e de Dumbarton, Oaks e Ialta, em 1944 e, na Conferência de São Francisco, com a criação da Organização das Nações Unidas, e através da Carta das Nações, em 1945.

Os órgãos internacionais tomaram a sí, pela facilidade de que gozavam no privilégio de uma jurisdição quase internacional, o estudo e levantamento da situação para, depois do conheci-

mento exato, formularem seus planos de ação. Os departamentos das Nações Unidas e instituições privadas, em trabalho de longo alcance, espalharam seus pesquisadores pelas nações mais necessitadas e que tomavam consciência política, para diagnosticarem suas crises e suas necessidades.

Assim agiram as Comissões Econômicas da ONU para a Europa, Ásia e Extremo Oriente, criadas em 1946, e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948.

A análise econômica e a análise do próprio desenvolvimento econômico são, na realidade, um fenômeno histórico.

Desses estudos e da conseqüente comparação dos dados, resultou, cientificamente, uma afirmação já de há muito visível nos seus sintomas mais exteriores: a existência de povos que desfrutam de um intenso bem-estar e de outros à margem do progresso da humanidade em todos os seus aspectos técnicos, numa vida em grande parte sub-humana.

Os dados dessa verdade, apurados e interpretados, trouxeram o conhecimento de como se procedeu a vida sócio-econômica daqueles que lograram uma vida feliz sob o ponto de vista da posse material e social daquilo que pode constituir a base de uma felicidade em termos coletivos e

atê certo ponto individual também, e de como se processou o estabelecimento de uma população estagnada e triste para os outros.

Conhecido isto, foi fácil o que se deveria fazer para impulsionar as economias sem progresso a um progresso harmônico e elevá-las, assim, à posição desfrutada pelos que progrediram naturalmente ou pela sua maior diligência no trato da vida coletiva.

Em nossos dias mais recentes, os pontos básicos de uma pregação pelo desenvolvimento podem ser consubstanciados nos seguintes pontos: a) consolidação e manutenção da paz, aspiração maior; b) prática da justiça em todos os aspectos da convivência, considerando-se que a paz que se deseja é o seu maior fruto; c) desenvolvimento integral e total sem qualificativos restritivos, nem mesmo o do econômico, isoladamente. Os qualificativos podem ser de aplicação temporária, numa hierarquia ou ordem de prioridade.

Hoje, as idéias conflitantes e sobretudo a experiência vivida e sofrida durante estes últimos anos permitem acrescentar novos conceitos ou teorias que modificam até muitos dos princípios reinantes inicialmente.

2 - NAÇÕES POBRES E NAÇÕES RICAS

A existência de países onde se registra um crescimento econômico não acompanhado pelos demais progressos é antiga, e tem determinado que haja países ricos e países pobres.

O poder das armas que constituíra a princípio o instrumento quase único de alcançar situações privilegiadas, pela simples conquista de fortunas de outros povos, adquiridas com seu esforço, ou por uma liberalidade da natureza do lugar que ocuparam, foi depois acrescido do poder já também econômico que lhe favorecia a ação.

Então, nações que conhecemos ricas e das quais testemunhávamos o trabalho e esforço de seus homens, no momento em que a presenciávamos, não resistiam a um exame em profundidade num tempo, da sua ação, da origem do seu crescimento e poderio conseqüente. A conquista pura e simples, a pilhagem, a pirataria até, apareceram a demonstrar um triste princípio.

Mas há os casos também em que tudo foi construído à base do trabalho e da virtude, num aproveitamento consciente de todas as possibilidades de um solo e de um clima. Os princípios assim, morais e legais, construíram posições mais sólidas e duradouras, e a sua conservação pelo tempo afora, dependerá de muitos fato-

res e, cremos, principalmente, do comportamento dessas nações na solução dos problemas sociais internos e dos problemas internacionais.

E coexistem as nações que não logram uma posição idêntica porque não tiveram o fator natureza favorável ou porque o tiveram excessivamente benéfico. Isso aguçou a cobiça dos mais fortes que a ocuparam sob várias modalidades para sugar-lhes a seiva fecunda. E a diferença na fisionomia de umas e outras, nos padrões de vida de um e outro dos povos que as habitam, é bem nítida. Eram, então, nações ricas e nações pobres.

3 - A ESCOLHA DAS DENOMINAÇÕES

Quando as nações pobres vão tomando conhecimento da sua condição de inferioridade e proclamam a injustiça da situação e desejo de consertá-la, as outras, as ricas, passam a chamá-las de nações subdesenvolvidas.

O interesse pelos problemas econômicos cresce. Aquelas nações mais vitimadas, proclamam os crimes contra sua economia perpetrados e começam a diligenciar, não mais apenas sonhar, no sentido do seu desenvolvimento. Chamam-nas então, de nações em desenvolvimento.

(1) Schumpeter, Joseph A. "Teoria do Desenvolvimento Econômico". Tradução de Laura Schaepper. Rio. Ed. Fundo de Cultura. 1961.

CAPÍTULO VII

DESENVOLVIMENTO

1 - DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO

Cabe distinguir, depois de todas essas assertivas, Desenvolvimento Econômico do simples Crescimento ou Progresso Econômico. Aquele tem seus elementos na definição enunciada, que vale repetir: "é o processo que consiste em modificações na quantia, natureza e uso dos recursos produtivos e na natureza e quantia da produção que se obtêm com esses recursos", e à qual poderemos acrescentar: para o aperfeiçoamento harmônico e multiplicado da produção, de sorte que ela possa ser benéfica a todos, melhorando o nível geral de vida, de forma que o homem, na sua totalidade numérica, possa chegar à idade de produzir, possa viver mais, possa ter saúde e educação, recreação e bem-estar, e possa ter liberdade.

Ao passo que progresso é o desenvolvimento de alguma face da economia, que dará uma euforia a alguns e que é vulnerável, por ser unilateral, aos mais simples fenômenos.

Oswaldo Sunkel (1) em trabalho de parceria com Pedro Paz aponta os conceitos seme-

lhantes, desde o decorrente do conceito de riqueza de Adam Smith e J. Stuart Mill, ao da concepção evolucionista de Darwin, o das idéias de progresso, de Condorcet, e de crescimento, muito parecidos entre si e ainda o resultante do conceito de industrialização. Finaliza a questão afirmando que "a idéia do desenvolvimento não partilha a noção de naturalidade e espontaneidade contida na concepção evolucionista nem a de mutação gradual e contínua. Pelo contrário, o desenvolvimento exige transformações profundas e deliberadas, mudanças estruturais e institucionais, um processo descontínuo de desequilíbrios, muito mais do que de equilíbrios".

Nasce, então, uma teoria do desenvolvimento econômico que aborda todas estas posições e mais as concepções de desenvolvimento como etapa de processo econômico e social, e o desenvolvimento como mudanças estruturais e gerais.

2 - RAZÕES DA SUA IMPORTÂNCIA

2.1 - DE ORDEM CIENTÍFICA - A constatação de um fato pelas suas causas e pelas suas conseqüências colocou o assunto dentro do conceito de ciência. Pertencendo ao número das coisas cuja razão se conhece, consolidou-se como uma teoria em que realmente se acredita, assegura-

rando-se-lhe uma longa vida. Na época da razoável hipertrofia do científico, sua aceitação e difusão consagrou-se. Conseqüentemente, sua ampliação, pelas novas pesquisas e pelo amor dos que amam a cogitação e a conclusão científicas, não poderá ser contestada.

2.2 - DE ORDEM HUMANA - O conhecimento de homens miseráveis, de coletividades sem um mínimo de condições para uma vida que se possa dizer humana ou mesmo quase-humana, desperta a sensibilidade de um mundo que, por caminhos diversos, deseja ser um mundo solidário. A indiferença sem culpa, pelo desconhecimento, passou a não ter mais lugar, porque o conhecimento passou a ser um fato, bem difundido, pelo progresso da técnica das comunicações. Todos, na sociedade universal, passaram a ser bem próximos. E se a infelicidade individual faz o outro sofrer, quanto não faz sofrer a infelicidade de massas imensas?

2.3 - DE ORDEM POLÍTICA - Os povos que se desenvolveram querem conservar os frutos desse desenvolvimento e transmiti-los às gerações que vão sucedê-los. Os sistemas de governo que adotaram querem conservar-se e, para isso, é necessário que tenham novos companheiros no mundo, para formarem uma cadeia indestrutível. Cumpre, assim, levar sua influência além, e o melhor atrativo é

promove-los do estágio de subvida em que se encontram, até para que compreendam as razões e as excelências dos seus sistemas e os abracem. Cumpre olhar e resolver os seus problemas e fazê-los iguais a si para ganhá-los como amigos.

2.4 - DE ORDEM ECONÔMICA - O mundo de alto nível de vida tem sua base num sólido desenvolvimento econômico que lhe proporciona os outros desenvolvimentos. Esse desenvolvimento econômico poderá comprometer-se quando não tiver novos mercados para comprarem o que ele vende, para venderem o de que precisam para novos progressos. Será bem melhor que grandes massas humanas se elevem ao ponto de poderem transacionar com eles podem no sentido de possibilidades materiais e financeiras e no sentido de cultura, para desejarem o que o progresso construiu, que necessita de um mínimo de elevação para ser entendido e desejado.

Melhorar a vivência desse contingente estagnado que não lhe compra e não lhe vende, é condição fundamental de sua sobrevivência como desenvolvido e feliz.

3 - OBJETIVOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Com as alterações na natureza, quantia e uso dos fatores produtivos, para alterar conseqüentemente a quantia e natureza da produção, deseja-se em termos de procedimento social promover a realização daquelas transformações sociais que lhe são decorrentes, de maneira a promover o homem, seu objeto principal, nas suas formas de vida e de organização, de maneira difusa e harmônica.

Uma sô transformação trazida ao campo social pelo desenvolvimento econômico reúne uma enorme quantidade de alterações conseqüentes que seriam bastantes para justificar a importância do problema social: a passagem de talvez metade da população nacional, da atividade rural de agricultura e pecuária para a atividade industrial e urbana. Isto significa a formação de um proletariado urbano sempre ativo, sempre com reivindicações, que se une para lutar, que tem participação política, contrastando com o trabalhador rural, conservador e dôcil. Alteram-se os métodos de vida, alteram-se as relações de família, e a concepção geral de vida passa a ser outra para cada homem porque até o conteúdo de sua educação será diferente.

Muito intensas, pois, as transformações sociais trazidas pelo desenvolvimento econômico e justifica-se, desta sorte, que a sociologia tenha objetivos determinados para o encaminhamento seguro dessas transformações.

Os resultados no âmbito social, com a melhoria da qualidade de vida e aquela euforia generalizada pelos orçamentos com superavit, são provas de operacionalidade de uma ciência - a econômica - que é também economia-social.

É tão aguda a conscientização pelo desenvolvimento, o desejo de melhorar suas condições de vida, depois que conhece as condições favoráveis de outras nações, que o poder nos países subdesenvolvidos apela para todos os recursos políticos que lhe possam trazer a desejada mudança.

Conforma-se com uma alteração no regime governamental, mesmo para moldes que não combinem muito com a sua forma de pensar. Aceita até governantes desonestos, mas que trabalhem e realizem um progresso qualquer.

É dos desenvolvidos a expressão "rouba, mas faz", para justificar seu voto aos não honestos, mas que realizaram alguma coisa.

(1) Sunkel, Osvaldo e Pedro Paz. Os conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio. Ed. Forum e Hachette. 1974.

CAPÍTULO VIII

CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO

1 - OBSERVAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES

Observados com profundidade todos os fenômenos nos países que se desenvolveram, bem como e, conseqüentemente, o que não havia ocorrido de transformação naqueles que continuavam estagnados, alguns pontos de divergência foram anotados e constituem, assim, as características do desenvolvimento.

Esses pontos de divergência e de distinção, foram assim classificados, sob um ponto de vista essencialmente econômico, querendo atingir o homem em si, por via de conseqüência:

1. Renda nacional;
2. Renda per capita;
3. Estruturas da população, pela ocupação e pela idade;
4. Estrutura dos gastos;
5. Estrutura da produção;
6. Comércio exterior;
7. Produtividade;
8. Características da educação;
9. Poupança e capitalização;

10. Estabilidade política.

1.1 - RENDA NACIONAL - Os países desenvolvidos, como é óbvio, têm uma renda nacional elevada, produto de toda a sua diversificada movimentação econômica. Um país produz muito, exporta e importa muito, os elementos de sua economia produzem escala elevada. Dessa forma as rendas de todo o país são elevadas.

Sua medição é feita pela estatística e contabilidade das fontes de produção ou, como é mais usado, através de idêntico processo para verificação dos gastos.

1.2 - RENDA PER CAPITA - A renda per capita é o resultado da divisão da renda nacional pelo número de habitantes do país. Dará, assim, a medida da quantia com que conta cada habitante para suas despesas. Em convenção, concordou-se arbitrar, inicialmente, em trezentos dólares a quantia limite que vem sendo alterada convenientemente. Aquém dela qualquer região ou país será tido como subdesenvolvido.

Uma vez que o poder de compra é limitado pelos rendimentos das pessoas e a produção limitada pelo poder de compra, porque somente é admissível produzir quando há quem compre, quem consoma, esse índice indica com alguma precisão a quantidade de produção e até a sua estrutura. In-

dica com certa eloquência o grau de bem-estar, o padrão de vida de uma população.

Constitui a renda per capita uma característica que mais do que qualquer outra, deve ser observada em conjunto com outros índices, pois é mais arbitrária do que as demais.

Os rendimentos super-elevados de alguns grupos financeiros, poderão dar uma impressão falsa do conjunto da economia. Ela não resiste a um exame em profundidade. Convém registrar que alguns países, como a Venezuela, pela indústria do petróleo, têm uma renda per capita muito elevada mas não possuem as características de desenvolvimento e são, por isso, países subdesenvolvidos. O Japão, por outro lado e ao contrário, possuía uma renda per capita inferior a trezentos dólares e, pelo seu alto padrão de industrialização e outras razões, desde então é um país desenvolvido.

A ênfase dada às condições sociais, ou qualidade de vida, fazem da renda per capita, índice de valor relativo.

1.3 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO - ESTRUTURA DA OCUPAÇÃO - O exame dos países pertencentes aos dois grupos de classificação econômica, demonstrou que as populações respectivas se ocupam de atividades diferentes. Assim, os países

subdesenvolvidos têm os seus habitantes ocupados nas atividades tradicionais da agricultura e da pecuária. Pequena percentagem apenas é que se dedica a manutenção de pequenas indústrias ou grandes indústrias em pequeno número e aos serviços em geral. Sendo a atividade primária, em princípio, a menos rendosa, acontece fatalmente que o trabalho da grande maioria do povo é de baixo rendimento. Conseqüentemente, é pequena a produção nacional, é pequena a renda per capita, é indesejável o padrão de vida da grande maioria.

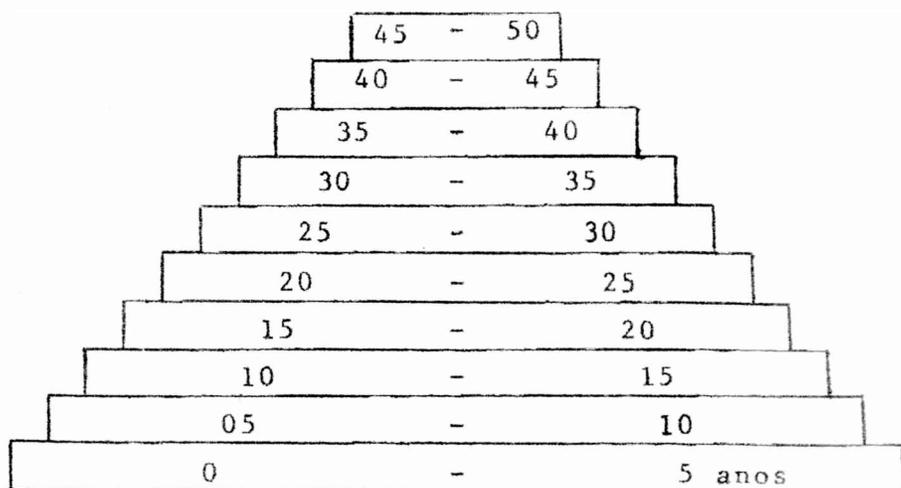
Nos países desenvolvidos ocorreu um deslocamento do setor primário para o setor secundário (o da indústria) e até para o setor terciário (o dos serviços). Mesmo assim, a produção agrícola não diminuiu com a redução de braços a seu serviço, mas aumentou na proporção em que foi alvo de cuidados científicos, em que foi mecanizada em grande parte.

1.4 - ESTRUTURA PELA IDADE - Uma outra diferenciação observada, é a relativa à divisão dos habitantes por grupos de idade e a diversificação desses grupos em razão do número de pessoas que cada um deles congrega.

Nos países atrasados economicamente, pela conseqüente deficiência de alimentação, de cuidados médicos e outras coisas essenciais,

há um grande Índice de mortalidade infantil contra um igual ou maior Índice de natalidade. Consequentemente há muitos nascimentos e muita mortalidade nos primeiros meses e nos primeiros anos de vida. Ainda por aquelas razões, o homem em geral não chega a uma idade muito avançada, sendo assim, muito baixo o Índice médio de vida.

O gráfico de pirâmide que representa as idades de um país onde tal ocorresse, teria a base muito longa em relação ao vértice do triângulo, pois a redução de número de pessoas em cada grupo de idades é bastante brusca. Uma população de 0 a 1 ano ou de 0 a 5 anos numerosíssima contra uma população média em idade bem reduzida. Terá esta configuração a pirâmide representativa da população de um país subdesenvolvido:



Se a faixa etária de 0 a 14 anos é aquela que não produz e sendo essa a maior nos países economicamente fracos, ressalta claramente a sobrecarga nos problemas de manutenção sobre os poucos rendimentos com uma numerosa família ou uma grande clientela de agregados e afins. É no cômputo geral há poucos braços no trabalho, e daí em diante uma série de conotações negativas no processo econômico. E, ainda mais, o homem não dura muito na faixa de trabalho porque morre cedo. O índice de vida média está oscilando entre os quarenta e os cinquenta anos. E aos setenta anos é compulsoriamente, por falta de fatores fisiológicos, afastado de qualquer atividade, indo daí por diante viver do pouco que pode reunir de sua iniciativa (muito excepcionalmente), ou de maneira compulsória pelas poucas modalidades de previdência social em prática.

1.5 - SANIDADE - Aníbal Pinto faz notar a diversidade de espécies de doenças como também a sua incidência numérica entre os países desenvolvidos ou não. Distingue os males "para pobres", como tuberculose e os "males para ricos", os do sistema nervoso. Estão presentes nos problemas de saúde dos subdesenvolvidos as endemias rurais e periodicamente surtos epidêmicos decorrentes da falta de higiene, etc.

1.6 - ESTRUTURA DOS GASTOS - De rendimentos em geral insignificantes, os gastos são de natureza os mais primários. O grande peso das despesas está em alimentação e habitação, reduzindo-se sensivelmente, em proporção, o que se emprega em vestuário e quase nada figura como gastos de diversões. O bem estar, em termos de utilização, conforto e dos objetos e procedimentos do progresso, estão praticamente ausentes.

Quando o país atinge um estágio de desenvolvimento, acontece o inverso: os gastos de alimentação e habitação são relativamente ínfimos, tanto em face do baixo custo dessas utilidades como em razão do maior volume do rendimento por pessoa.

Aparecem no orçamento familiar, na aquisição de bens e serviços, aqueles produtos da agricultura e da pecuária e das indústrias rudimentares nacionais e, às vezes, de exportação.

1.7 - ESTRUTURA DA PRODUÇÃO - No quadro dos produtos e utilidades da própria região, a produção de gêneros alimentícios e de matérias primas ocupa lugar de destaque, desproporcionalmente com os produtos industrializados, estes quase sempre de importação.

Os países subdesenvolvidos são, em geral, exportadores de matérias primas e de produ

tos alimentares agrícolas, que muitas vezes são obrigados a importar também, dadas as oscilações do trabalho agrícola.

1.8 - COMÉRCIO EXTERIOR - Como decorrência da baixa produção, reduzida a poucos produtos que o mercado interno quase consome e da pouca capacidade de importar, porque vendendo pouco só poderá comprar pouco, o comércio externo tem pouca movimentação, restrita a uma pequena pauta de artigos. A balança de pagamentos está sempre desequilibrada porque as necessidades obrigam as mais das vezes a comprar mais do que se vende, obrigando o país desenvolvido a recorrer ao financiamento externo em empréstimo a curto e a longo prazo, agravando a situação interna.

1.9 - PRODUTIVIDADE - Se a produção dos países subdesenvolvidos é pequena em relação à sua capacidade de produzir pelos recursos naturais que possui e às vezes pela mão-de-obra disponível, menor ainda é a sua produtividade, isto é, sua produção em relação aos meios empregados. Na realidade estes poderiam produzir muito mais se fosse conhecido e utilizado um mínimo de técnica, e não apenas empregados os meios rotineiros tradicionais, quase sempre os mesmos dos primitivos habitantes bárbaros ou selvagens.

A comparação entre a produtividade

dos países pobres e a dos países desenvolvidos é verdadeiramente estarrecedora. Para começar por dado geral, basta comparar que, enquanto nos países da América do Sul, mais ou menos setenta por cento da população trabalha na agricultura e pecuária para alimentar o país, nos Estados Unidos da América do Norte, apenas dois e meio por cento da população se ocupa dessa atividade não somente para alimentar os habitantes do país como para exportar em larga escala. Outros dados dizem muito sobre o tema. Enquanto no Brasil produzimos tantas toneladas de algodão por hectare de terra, no Egito são produzidas muitas vezes mais toneladas e nos EE.UU. mais ainda. Em relação a muitos outros produtos, igualmente, a comparação seria idêntica, denotando a saciedade, a falta de preparo técnico, a ausência de qualquer evolução.

Não se cogita entre os subdesenvolvidos de tirar maior e melhor quantidade de qualquer produto do mesmo pedaço de terra e com os mesmos homens ou menor número de homens até, desde que novos elementos se adicionassem ao solo ou novos e científicos métodos de plantar e colher se adotassem.

Uma formulação que diz à produtividade e à educação, é a que provém de Simon Kuznets em "Teoria do Crescimento Econômico Moderno". Diz

ele: "O Crescimento econômico moderno é identificado pelo fato de que a taxa de crescimento no produto per capita foi devida principalmente a melhorias na qualidade, não na quantidade de insumos - essencialmente por uma eficiência maior ou produto por unidade de insumo devida ao aumento no conhecimento útil e melhores combinações institucionais para sua utilização".

Esse pensamento origina a idéia de uma "taxa de conhecimento da eficiência", ou seja, maior produção por unidade de insumo.

1.10 - CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO - Nos países atrasados, a educação romântica exclusiva, por demais acadêmica, filosófica em excesso é estrangulamento de um dos elementos de infra-estrutura: a técnica.

A influência do classicismo europeu, a continuidade de uma mentalidade que somente naquela época se justificou, pelas causas e conseqüências próprias daquele longínquo tempo, caracteriza sistemas educacionais, inteiramente inadaptados aos tempos modernos.

Acontece, então, que os poucos educados nas escolas de nível médio que chegam ao ensino superior, especializam-se na teologia, na filosofia, nas normas jurídicas emanadas das fontes antigas e não do direito atual e encaminham-se,

após, a trabalhos que não são da profissão e como estes e todos os outros de poucos rendimentos econômicos, continuando reduzida a sua capacidade de aquisição e sem contribuir para o progresso e a capacidade de aquisição da coletividade.

Começa o estudo do progresso educacional pela verificação de que o número dos analfabetos é imenso, numa proporção de mais de setenta por cento na maioria das vezes. Logo em seguida, os que chegam a frequentar escolas por iniciativa governamental e às expensas do Poder Público não somam a totalidade da população em idade escolar, mas são apenas uma pequena representação desta. Registra-se aí, nos poucos proporcionalmente que chegam à escola, a grande evasão, pelos motivos plausíveis de saúde, de necessidade de ocuparem-se no trabalho ou no subemprego, pela ignorância do valor da educação e também pela insuficiência de escolas, cujas matrículas se esgotam nos primeiros dias de sua abertura. Segue-se o segundo estágio doloroso: pequena percentagem dos que terminaram os estudos primários, já pequena em relação aos que o começaram, consegue ingressar no ensino médio em grande parte de iniciativa e sustentação oficial. Em seguida, então, menor é ainda a percentagem dos que chegam ao nível superior de ensino, inadequado pela indicada inadequação ao desenvolvimento da ciência, bem como da

prioridade da técnica.

Há, então, nos países subdesenvolvidos, todos esses defeitos no processo educacional, ressaltando-se a quase ausência de ensino técnico, ligeiramente ensaiado pela iniciativa governamental, quer nos níveis primário e médio, como no nível superior.

Enquanto isto, nos países desenvolvidos, é ínfimo o número de analfabetos, que em alguns não existem mais, toda a população em idade escolar nas escolas. Também é grande a iniciativa particular no ensino; é quase idêntico o número dos que iniciam e concluem o ensino médio, e grande a percentagem que ingressa nas Universidades. Nestas, o ensino das ciências exatas, da técnica em função de um desenvolvimento industrial, tem ênfase especial, e aquele ensino teórico, acadêmico, necessário mantém o alto nível intelectual do país e, sendo em menor número, é mais eficiente por que feito dentro de sua técnica especial, para um maior rendimento. Dessa forma, preparam a infraestrutura técnica; fornecem o elemento humano eficiente para levar a todos os setores da produção os progressos científicos, que aumentam constantemente através de um pertinaz e intenso trabalho de pesquisa, que renova sem cessar os conhecimentos úteis e descobre o que antes era segredo ou desco

nhecido, dando novos instrumentos de luta contra os estrangulamentos ou as adversidades, ou simplesmente contra a estagnação.

1.11 - POUPANÇA E CAPITALIZAÇÃO - A poupança, numa situação de pequena renda per capita de uma população, dando às pessoas diminuta capacidade de aquisição dos bens e serviços, até mesmo quando os rendimentos o permitem, depende de uma formação econômico-financeira que leve o indivíduo a praticá-la, visando a uma maior estabilidade ou, simplesmente, a assegurar um futuro tranquilo ou menos atribulado. Faltando nos países subdesenvolvidos este requisito, é óbvio que não se registra poupança digna de consideração, isto é, em grau de influenciar.

A capitalização, que será o emprego da poupança em bens de capital, em bens que produzem bens já não terá razão de ser cogitada por inexistente.

Acresce que muitos são os incentivos, nos países pobres, para que não haja poupança, mesmo naqueles indivíduos que a poderiam praticar mesmo em pequena escala. Um desses incentivos a não poupar é o fenômeno do efeito demonstração, aquele que leva as pessoas a adquirirem bens de utilidade ou supérfluos simplesmente porque outros os possuem, ou por que julgam que a sua con-

dição social os exige. São, por essa razão, levados a consumir aquilo que poderia ir constituindo um "pé-de-meia" e, às vezes, até mais do que isso, a consumir contra os rendimentos futuros, sempre acrescidos de novos encargos porque a operação se repete para aquisição de outros bens. O conhecido e largamente praticado sistema do crediário, se bem que proporcione a aquisição de utilidades e estimule sua produção desenvolvendo riquezas, é fácil maneira de estimular o efeito demonstração e anular as capacidades incipientes de poupança.

Existe ainda um fator decorrente de uma errada formação, tradicional e egoísta, de guardar "sob sete chaves", no "pé-de-meia" ou na "botija", o produto das economias. A figura do "usurário", "pão duro" ou "morto a fome", aquele indivíduo que poupava a todo custo, com sofrimento até para o estômago, e que guardava essas "economias" em moedas, para seu uso exclusivo no futuro ou simplesmente para guardar, como era mais comum.

A prática das inversões, da compra de ações, que são agora estão se tornando conhecidas, ou simplesmente do depósito bancário, já é produto de uma mentalidade que se desenvolve, pela abertura para os problemas humanos ou econômicos somente, e pela confiança dos investidores, ou

nas redes bancárias, que são um dos muitos produtos da consciência desenvolvimentista, ou dos resultados de um primeiro impulso de desenvolvimento, conseguido por outros meios.

Aquele trabalho junto ao povo, para despertá-lo no sentido dos problemas vitais até ao ponto de verificarmos nele aquele querer desenvolver-se, implica na remoção de todos estes entraves tradicionais, de uma formação secular, cheia de tantas coisas desprezíveis ao lado de outras valiosas. A tarefa do educador é desmanchar aquelas e avivar todas estas.

Alguns trechos de Ragnar Nurkse são necessários para compreendermos bem o problema da formação de capital. Diz ele:

"A formação de capital processa-se quando a sociedade não aplica toda a sua atividade produtiva corrente em necessidades e desejos de consumo imediato, mas dirige uma parte dela à criação de bens de produção: utensílios e instrumentos, máquinas e facilidades de transporte, projetos e equipamentos - todas as diferentes modalidades de capital real, que podem aumentar grandemente a eficácia do esforço produtivo. O termo é algumas vezes usado abrangendo tanto o capital humano como o material. Pode incluir o investimento em habilidade pessoal (capacidade técnica), educa

ção e saúde - excelentes maneiras de investir".

"A essência do processo, assim, está na atribuição de uma parte dos recursos disponíveis da sociedade ao aumento do estoque de bens de produção, dessa forma possibilitando a expansão da produção consumível no futuro".

1.12 - ESTABILIDADE POLÍTICA - Para que um país pense em todas estas tarefas de desenvolvimento e, mais do que isto, disponha-se a executá-las, é necessário uma estabilidade política relativa, no sentido de que o poder persista nas mudanças naturais de pessoas e não de princípios, com a prática de métodos e não de um único método que não mude para aperfeiçoar-se e que se prolongue na execução de programas revistos e adaptados cada espaço de tempo conveniente. Política ou poder em que o povo possa confiar, pelos seus propósitos demonstrados nas plataformas e nos programas e vividos na realidade administrativa quotidiana.

A idéia inicial de que isto seria a panáquio dos governos fortes, ditatoriais, está superada. Estas qualidades são dos governos democratas e, para este efeito, eles serão fortes na medida em que trabalhem dentro de padrões assim e, conseqüentemente, se façam acreditar.

Esta estabilidade política desejada

se traduz, enfim, no ambiente propício para o trabalho, para as opções voluntárias do povo, produto da sua consciência formada para enfrentar os problemas comuns, para a convivência solidária, da qual o grande esforço para o desenvolvimento sócio-econômico não pode prescindir.

A forma latino-americana, caudillesca, instável, é incompatível com o trabalho construtível, objetivamente claro e persistente que as tarefas do desenvolvimento impõem.

Mais modernamente e segundo Celso Furtado, "O que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento da produtividade". (in O Mito do Desenvolvimento Econômico).

2 - CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO SOB O CRITÉRIO SÓCIO-ECONÔMICO (nosso entender):

1. Ausência de desemprego e analfabetismo.
2. Ausência de trabalho improdutivo (subemprego ou emprego disfarçado) e do consumo supérfluo, para tornar o excedente potencial.
3. Distância reduzida entre classes

de salários, da mínima à máxima, das classes privilegiadas, em minoria.

4. Reduzida mortalidade infantil e taxa de natalidade nos limites de um justo planejamento familiar.
5. Elevação da taxa de idade da média de vida.
6. Elevada taxa de utilização pela população dos produtos técnicos de consumo que contribuem realmente para a redução do esforço físico e para o lazer.

Isto é o resultado de um ponto de vista cristão e, conseqüentemente, humanista que coloca o homem como objetivo máximo de toda essa filosofia e doutrina. Como se vê da Doutrina Social Cristã, o homem sendo anterior a tudo isso, criou essas coisas para que elas lhe sirvam, em todas as dimensões da sua vida.

O desvio de uma concepção assim, fazendo um desenvolvimento puramente de objetivos econômicos ou de objetivos particulares de classes ou indivíduos, está produzindo resultados desanimadores e até alarmantes.

O resumo dessa preocupação é o ex-

presso no trabalho "Os Limites do Desenvolvimento", do Clube de Roma, onde se prevê uma catástrofe na data em que se consumir o desenvolvimento pleno de todos os povos da terra. Celso Furtado concorda em parte com essa assertiva, no tocante ao esgotamento dos recursos naturais não renováveis, mas contesta-a quanto à possibilidade de atingir o desenvolvimento a todos os homens, pois ocorrendo em bases capitalistas não será possível, pois "é da essência do capitalismo a concentração da renda e a periferia jamais desfrutará dos benefícios integrais do desenvolvimento.

Robert McNamara em seu recentíssimo livro "Cem Países, Dois Bilhões de Seres" nota que "é conveniente cuidar, no presente, um pouco menos de industrialização a todo vapor e um pouco mais de necessidades humanas básicas: nutrição, habitação, saúde, educação e emprego. Mesmo à custa da diminuição do ritmo de progresso de certos setores limitados e altamente privilegiados". Isto por que, diz McNamara em outro tópico, "desenvolvimento refere-se a pessoas".

Já o Professor Gunnar Myrdal, em conferência nos "Painéis Internacionais sobre desenvolvimento sócio-econômicos", realizado pelo BNDE em 1973, comentando a reação dos economistas às medidas que visam a corrigir injustiças sociais

ou estabelecer igualdades, por julgarem-nas prejudiciais à tarefa de desenvolvimento, cita o exemplo da Suécia que contraria essa assertiva dos economistas e diz: "A necessidade de contínuas reformas de caráter igualitário está longe de ser afastada, posto que ainda existem desigualdades que os progressos tecnológicos e institucionais só tendem a fazer proliferar".

CAPÍTULO IX

INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO

1 - A CONSTATAÇÃO CIENTÍFICA DA REALIDADE - Quando da constatação científica da existência de nações desenvolvidas e de nações subdesenvolvidas, o fato de que tanto em umas como em outras não teria havido qualquer ação premeditada era incontestável, fazendo certo, portanto, que as que se desenvolveram o fizeram espontaneamente.

Esse progresso natural dever-se-ia a vários fatores que se procurou esquematizar. Sua História seria a fonte desse esclarecimento, indagado com curiosidade de pesquisadores que queriam a todo custo a causa dos fenômenos para fazê-los reproduzir nos seus pontos positivos. E elas foram alinhadas mais ou menos assim:

2 - OS DESCOBRIMENTOS - O episódio histórico dos descobrimentos marítimos, proporcionou aos povos que os intentaram vitoriosamente, uma situação de ascendência econômica e política sobre os outros. Tiveram os recursos naturais das terras descobertas a adicionarem-se aos seus e dessas colônias sugaram o que era possível sugar

no mais breve tempo possível, quase sempre os seus metais preciosos, as suas especiarias. Tiveram, pois, um contingente substancioso em valor econômico a fazer o seu progresso. Esse progresso elevou várias categorias de pessoas, pôde desenvolver serviços e o comércio em geral e até mesmo algumas atividades manufatureiras.

3 - MERCANTILISMO - As idéias econômicas do chamado Mercantilismo, que não foi ainda doutrina econômica, mas um sistema que deixou profundas conseqüências, são responsáveis por alguns dos progressos de certas nações. A predominância da moeda e dos metais como fonte de toda riqueza e a política de carrear para o interior dos países todo o dinheiro possível através, inclusive, de vendas, efetuando-se as compras por meio de trocas, possibilitou, igualmente, o progresso de alguns países.

4 - REVOLUÇÃO INDUSTRIAL - Depois, a revolução industrial do século XVIII, proporcionando trabalho num campo inteiramente novo, aplicando matérias primas em escala muito maior, dando maiores lucros às empresas e aos governos, foi responsável pelas causas da questão social, mas criou progresso e bem estar em muitos setores e classes.

sa situação de superioridade econômica verificada no estudo das nações e na sua comparação, não poderia a rigor, ser classificada como desenvolvimento, na sua rigorosa e correta acepção. Ali se verificou um progresso relativo a alguns setores, um crescimento de certos aspectos da vida econômica financeira que, conseqüentemente à sua parcialidade, beneficiou apenas a uma parte dos indivíduos, em minoria. Os efeitos desse crescimento foram limitados pela sua concentração e seus efeitos benéficos atingindo a um reduzido número.

Uma visão de conjunto sobre todo o mundo contemporâneo desses acontecimentos e procedida com certa profundidade, poderia até levar a conclusões bem mais corretas quando se apreciasse o aspecto bem-estar. É que algumas nações, sem terem praticado nenhum daqueles atos que fizeram o progresso de outras, pela sua estabilidade econômica de grau médio, poderão ter proporcionado uma vida melhor aos respectivos povos, sem as desigualdades flagrantes que promoveram demasiadamente uns e oprimiram outros.

Na verdadeira acepção do desenvolvimento, o progresso não será igual para todos os membros de uma comunidade, mas será geral, variando de intensidade pelas condições naturais de região, de natureza da atividade explorada, da capa

cidade física e técnica de cada um dos seus indivíduos.

6 - É POSSÍVEL PROVOCAR O DESENVOLVIMENTO - Sabendo-se, assim, que embora imperfeitamente, algumas nações espontaneamente ricas, promoveram parte de seu povo a condições de vida melhores, sabia-se, pela continuação da análise, qual o comportamento de sua economia, quais as transformações que se tinham procedido para que chegassem àquele estágio.

Seria que provocando-se certos acontecimentos em economias não desenvolvidas, com as necessárias medidas de adaptação, chegar-se-ia a resultado idêntico àquelas ocorridas espontaneamente? Se as causas idênticas sempre levam a idênticos fins, pois as leis científicas são a tradução das relações constantes entre causas e efeito, não restará dúvida numa resposta afirmativa.

Será possível provocar o desenvolvimento das nações estagnadas economicamente, desde que se provoque nelas aqueles fatos que, por um acontecimento natural, fizeram crescer outras ou ainda desde que se faça acontecer circunstâncias e fatos novos semelhantes ou capazes pela sua força de dar os mesmos efeitos.

Esta constatação deve conceder ao

economista, sociólogo ou humanista alegria semelhante a que experimentaram os descobridores de vacinas que venceram as grandes epidemias que dizimavam populações inteiras. Aquelas medidas que fizeram a saúde de outros povos, inoculadas na economia dos fracos econômicos, teria a força de um anticorpo de um sangue novo a revigorar um organismo sócio-econômico doente, que por isso dizia grandemente a sua riqueza humana. Foi uma das maiores conquistas do homem. Seu valor poderá ser medido pela apreciação pura e simples da vida que levam os homens dos países desenvolvidos e os homens dos países subdesenvolvidos; pela comparação de um dia, de uma noite de vida ou da vida de uma geração, de alguns, por exemplo, dos EEUU, Canadá, Alemanha Ocidental ou França, e alguns do Nordeste Brasileiro, da Tailândia, do Peru, etc.

CAPÍTULO X

COMO PROVOCAR O DESENVOLVIMENTO

1 - AS MEDIDAS - As medidas que se afiguram desde o princípio muito eficientes podem ser assim enumeradas, como o foram pelo professor J. Ahumada.

- a) Ocupação plena dos recursos produtivos disponíveis;
- b) determinação do uso alternativo de modo a maximizar o produto;
- c) emprego dos recursos em cada uso de tal maneira que o insumo por unidade de produto seja mínimo;
- d) utilização de novos recursos, no decorrer do tempo, e o melhoramento das técnicas de utilização.

Revedo o conceito que J. Ahumada dá ao desenvolvimento econômico, vemos que ele "é o processo que consiste em alterações que se operam na quantia, natureza e uso dos recursos produtivos e na natureza e quantia da produção que se obtém com esses recursos". Para proceder a essas alterações de quantia, natureza e uso de todos os fatores de produção, aquelas medidas têm longo al

cance e poderão ser acrescidas de outras que a experiência for demonstrando igualmente eficazes ou que as circunstâncias de tempo e lugar recomendem como mais propícias.

2 - A OCUPAÇÃO PLENA DOS RECURSOS PRODUTIVOS DISPONÍVEIS - Significa, na simplicidade de do seu enunciado, uma gama imensa de realizações, no sentido de que tudo que possa produzir produza, nenhuma das riquezas possíveis de utilizar fique ociosa, desde a capacidade do homem aos recursos da natureza. Iniciando-se a operação pelos recursos tradicionalmente aproveitados, vai-se gradualmente trazendo outros anteriormente sem utilização até que a nação seja uma empresa em total funcionamento, tudo utilizado, todos trabalhando, as coisas mais simples e as mais complexas, as tarefas mais preliminares e as mais técnicas, igualadas na importância de produzirem riquezas.

3 - DETERMINAÇÃO DO USO ALTERNATIVO - O uso alternativo de modo a maximizar o produto é a providência que escolhe dentre os fatores produtivos os que devem prioritariamente ser utilizados, dada a facilidade do seu uso pelos meios mais fáceis, dada a sua carência no mercado e o seu valor como utilidade para o homem. À medida que as realizações são concretizadas, o que antes

foi prioridade dois passará a prioridade um e o processo continua, crescendo a movimentação econômica com os seus números e substanciosos resultados sociais, políticos e até morais.

O uso alternativo, ou, mais simplesmente, mais intenso, quase único de alguns recursos, tem como consequência, inclusive e propositamente, um trabalho com maior atenção e maior perfeição sobre o objeto, visando, e por tudo isso conseguindo, o máximo de rendimento, de sorte que o produto seja da maior quantidade e da melhor qualidade possível, para que as utilidades respectivas atinjam ao maior número de pessoas, até porque os seus preços serão mais acessíveis, pela maior oferta.

Novos métodos de trabalho e mesmo, no princípio, uma maior jornada de trabalho, estão entre os recursos a serem aplicados.

4 - MENOR INSUMO POR UNIDADE DE PRODUTO - O critério norteador do processo, de não desperdiçar o que pode ser útil, na carência inicial de coisas úteis, faz com que o insumo (coisas que entram na composição de outras ou necessárias à sua confecção) seja o menor, sem prejuízo do produto final, para que haja mais disponibilidade do respectivo artigo para outras aplicações, beneficiando o produtor e mais ainda o consumi-

dor. Na produção de tecidos, por exemplo, os insumos deverão ser tecnicamente poupados, dentro da mesma linha de produção, de maneira que será o extritamente necessário em mecanismo, força de trabalho, energia elétrica, matéria prima (algodão, etc.) e tempo.

Energia	Vestuário
Mão de obra	Calçados
Matéria prima	Veículos
Maquinaria	Utilidades
	em geral
etc.	etc.

Em uma palavra poderíamos dizer do que se trata neste item: produtividade.

5 - UTILIZAÇÃO DE NOVOS RECURSOS E MELHORAMENTO DA TÉCNICA - É claro que a atividade econômica não se completa, como tem sido esclarecido, com a utilização plena de alguns recursos, mas novos recursos são convocados à utilização, num processo que não parece ter fim. Por outro lado, as pesquisas em todos os ramos e setores de luta vão dia a dia fornecendo técnicas novas e mais aperfeiçoadas, no sentido de aumentarem a eficiência do trabalho e de trazerem novas utilidades para uso mais difundido.

A tarefa é, portanto, de desdobrar a oferta de mais e melhores coisas e a maior e me

lhor capacidade do homem para utilizá-las.

O esgotamento dos recursos físicos já começa a ser problema para os economistas. Chamam em auxílio as leis da termodinâmica.

Se, em verdade, "na natureza nada se cria, tudo se transforma", e esse processo de transformação é a ênfase maior do sistema industrial, ocorre que o estado primitivo do recurso natural pode não ser e sempre não é responsável, sendo irreversível a transformação operada e o produto transformado pode ter mil e uma utilidades, mas não a de reproduzir-se novamente com o mesmo valor.

É fácil pensar o que ocorrerá a longo prazo, prazo que será sempre reduzido, à medida que se acelerar o processo de desenvolvimento, de crescimento ou progresso.

CAPÍTULO XI

PROGRAMAÇÃO

1 - NECESSIDADE DE PROGRAMAR - Ora, uma tarefa assim, de tão grande exigência de trabalho e de coisas a serem trabalhadas, de uma indispensável escolha de coisas a fazer em cada tempo, de uma imprescindível determinação de números e de datas, logicamente não pode ser efetuada à esmo, à proporção que a lembrança de cada uma vai surgindo. Seria impossível, por essa forma de sordenada, ordenar racionalmente. A afirmativa dispensa maior argumentação.

Daí a necessidade de que se diga antes de iniciar a trabalhar, o que se pretende fazer, quando se pretende realizar e as proporções e mudanças da coisa a realizar. O tamanho da tarefa ditará o tempo e exigirá os recursos de todas as ordens. Serão disponíveis alguns recursos necessários? Como adquiri-los no caso de sua ausência.

Essas exigências e indagações terão de ser satisfeitas e respondidas, de sorte que não se idealize um sonho mas uma coisa real, conseqüentemente realizável.

Hã, portanto, necessidade de fixar as metas e os meios que se possui para concretizã-las, e o tempo que decorrerã ao seu final.

Hã necessidade de organizar um programa de açãõ, hã necessidade de programar.

2 - CONCEITO E REQUISITOS BÁSICOS DO PROGRAMA - J. Ahumada define a programação como "a seleção cuidadosa de fins de natureza econômica e dos meios apropriados para alcançã-los". Ela é, portanto, uma técnica de verificar, dentro do diagnóstico de uma economia quais são os fins primordiais para desenvolvê-la e a maneira de mobilizar todos os meios eficientes e necessários para que se alcance, no menor espaço possível, a realização daqueles fins. Estará implícito que os fins devem ser realistas, isto é, não aquilo que seria ideal, mas impossível, mas aquilo que seja desejado para melhoria geral e seja possível de fazer, e os meios, em perfeita sintonia com os fins, devem ser os mais seguros, os mais garanti-dores do êxito almejado. Tudo isso deverá ser demonstrado à sociedade pelos elementos históricos e pela capacidade produtiva do elemento humano e dos recursos naturais, pela mobilização social e pelas implicações políticas.

Deverã ser um Programa único e dirí gido por um Poder Central.

Há duas técnicas: a da programação geral e a da programação setorial. A programação geral, como é óbvio, compreenderá todos os aspectos da economia, que é o seu objeto, sem omitir nenhum ponto de importância ou interesse, com um máximo de previsão racional. A programação setorial tanto pode compreender apenas setores do processo econômico, como regiões apenas do território nacional.

Segundo os mais recentes estudiosos do desenvolvimento, "o planejamento é um processo permanente, sistêmico e interativo, voltado para o futuro, visando a tomada de decisões, com a finalidade de selecionar, entre alternativas, um curso de ação, alocar recursos humanos e materiais e coordenar atividades no sentido da realização de propósitos desejados de maneira eficaz".

3 - ETAPAS DA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA - O ponto de partida para o trabalho de programação é o conhecimento exato e minucioso da economia sobre a qual se vai trabalhar. Ela tem que ser conhecida no seu estado atual; conhecida na sua capacidade de evolução natural ou na sua incapacidade de progresso e estagnação. Uma medição anunciada numericamente.

Para tal fim, as estatísticas e a contabilidade social serão instrumentos valiosos

e indispensáveis. Acontece que os países subdesenvolvidos são também carentes desses instrumentos, daí a grande dificuldade inicial do conhecimento da própria realidade; daí por que a tarefa de diagnóstico demanda um longo tempo para sua efetivação. Os órgãos de programação sofrem de um descrédito inicial porque o aparecimento de seu trabalho custa a acontecer e quando aparece é, "apenas", a fixação do que se deve fazer.

Os países iniciadores da programação, pátrias dessa técnica moderna, são exemplos dessas ocorrências. O conhecimento popular dessas circunstâncias é um requisito que não deve ser relegado.

Feito o diagnóstico, a programação propriamente dita terá lugar, com aquela seleção de fins a alcançar, baseados na projeção para o futuro daquela evolução que se conseguiu observar no passado, acrescida dos novos elementos impulsores e incentivadores que se pretende e se pode adicionar, pelos meios claros e ao alcance, por qualquer das providências cabíveis.

E, por fim, a execução, a tarefa de fazer, de levar ao real, ao concreto, de construir, de erigir, de modificar, de realizar, enfim, aquilo que cientificamente se programou.

A complexidade e a relevância do

trabalho, podem indicar a primeira vista os pré-requisitos imprescindíveis. Sendo uma técnica, exige o trabalho de técnicos, de economistas, de sociólogos, de engenheiros, principalmente, que terão de recorrer aos conhecimentos de historiadores, de matemáticos, de pessoas com vivência efetiva e responsáveis na economia e na administração. Terá que ser feita por um órgão específico, com toda essa equipe e com autonomia suficiente para a sua movimentação, inclusive com algum controle direto ou indireto sobre a política econômica e financeira em geral e sobre a taxa de investimentos.

A base sócio-política para o grande empreendimento que vai modificar a base econômica e sócio-política é, igualmente, um pré-requisito. Do povo se exigirá a virtude da paciência, de espera pelos resultados que não podem vir milagrosamente, compreendendo que se pretende modificar o mecanismo e a marcha de coisas que secularmente funcionaram diferentemente e andaram devagar. O povo terá que fazer opções entre as coisas que lhe pareceriam mais desfrutáveis por coisas que aos técnicos, fundamentalmente, se apresentam mais necessárias, ciente de que ele é o objeto de toda a busca de melhoria, de que ele será o beneficiário, no final.

CAPÍTULO XIII

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1 - O PROBLEMA DO CUSTEIO - Conhece-
dores das características dos países conforme o
seu estágio de desenvolvimento, sabendo quais os
incentivos que podem determinar as mudanças dese-
jadas, quais as alterações básicas chamadas de in-
fra-estrutura que devem ser primeiramente ataca-
das, mais ou menos formada uma consciência para
as mudanças que se devem proceder e despertar, so-
bretudo, a vontade de desenvolver-se, o problema
de como custear essas tarefas se apresenta imen-
so.

Nos países subdesenvolvidos, em ge-
ral, a mentalidade altamente conservadora do algu-
mas classes, naturalmente reage às inovações e re-
age, principalmente, quando o seu solicitado con-
curso, sua solicitada contribuição, possa alterar
o ritmo tradicional de sua vida, ou, principalmen-
te, possa pôr em risco uma parcela de seu bem-es-
tar.

Os países teriam que angariar das
classes mais favorecidas, a contribuição de capi-
tal que o Estado não possui, para o financiamento
dos bens de produção. E essas classes que podem

riam dispor de uma certa poupança, são caracterizadas por Robert J. Alexander em quatro categorias: os latifundiários, os comerciantes, os altos funcionários do Governo e os profissionais liberais. Os primeiros preferem investir em terras para aumentar o seu patrimônio tradicional, operação que julgam mais segura do que qualquer outra; não os fascina a idéia de empregar seu dinheiro em empreendimentos de aspecto urbano, em coisas de que eles não têm experiência. Os comerciantes têm nas suas operações comerciais lucros certos e compensadores até certo ponto dependentes de sua habilidade e vêm nas inversões industriais os riscos naturais e um prazo mais ou menos longo para as compensações. Os altos funcionários, constantemente sob a expectativa da perda de suas funções de comissão, de caráter temporário, que são as maiores, temem, primeiramente, a instabilidade política que vivem e, ao contrário de empregarem no seu próprio país suas reservas, exportam-nas, procurando os bancos de depósito estrangeiros. Os profissionais liberais, pela mentalidade comumente mais aberta para todos os aspectos da vida política, social, econômica, etc., tendo conseqüentemente uma visão mais objetiva de como são as coisas e de como deveriam ser, são os melhores colaboradores, mais espontâneos, pelo menos, no processo de formação de capital e mais colaborariam se ne-

lhores pudessem ser as suas rendas.

Ainda no panorama das possibilidades internas de financiamento, precaríssimas como se vê, é de notar que, pelo simples enunciado da renda per capita, inferior àquele mínimo arbitrariamente fixado, outras não poderiam ser as perspectivas, numa visão ampla e geral do problema.

A circunstância de serem países em que as pessoas se ocupam, numa percentagem de 70%, no setor primário, de poucos rendimentos por natureza, e de possuírem em larga escala o fenômeno do desemprego disfarçado, as possibilidades de poupança dos trabalhadores são anuladas pelo sustento de parentes e agregados, imposição do desemprego, do próprio desemprego disfarçado, da ignorância e da doença.

Aparecerão ainda nesta constelação de pontos negativos a um financiamento interno do próprio desenvolvimento, a vulnerabilidade do homem ao chamado efeito demonstração que desvia para bens supérfluos, quase sempre, possibilidades de poupança. Figura igualmente o receio de investir, mesmo pela forma cômoda da compra de ações de sociedades anônimas pelo conhecido fracasso de muitos empreendimentos que, iniciados sem nenhum projeto anterior que lhes estudasse as vantagens e desvantagens, não resistiram às primeiras difi-

culdades surgidas, algumas verdadeiramente insuportáveis e que não foram, obviamente, previstas. Aparece, finalmente, de pequena monta o capital possível de realizar, em face do vulto dos empreendimentos requeridos pela infra-estrutura, e ainda, nos setores de menos ilustração, o acúmulo das pequenas poupanças de forma individual e escondida, portanto, sem nenhuma utilização no processo coletivo de riqueza.

Esse estrangulamento da contribuição individual à formação de capital, deixa uma única alternativa: a aquisição de capital pelo poder público. Este teria três caminhos a seguir: a) forçar os setores capazes de uma poupança, tirando compulsoriamente a sua contribuição por meio de uma tributação adequada; b) forçar, compulsoriamente a contribuição de todos os meios da emissão; ou c) recorrer ao empréstimo externo.

2 - TRIBUTAÇÃO - A tributação é sempre um recurso que poderá ser eficaz na aquisição do capital para algumas tarefas do desenvolvimento econômico. Ocorre que, por via da tributação, o progresso em investimentos não poderá ser de grande intensidade, porquanto está limitado pela pequena classe dos que poderão ser atingidos e ainda por que alcançarão sempre as mesmas pessoas já atingidas por vários outros impostos e taxas para

os encargos governamentais correntes.

Estes outros impostos e taxas já não são pequenos, pois os governos nos países subdesenvolvidos são quase exclusivamente a única fonte de emprego e consomem de setenta a noventa por cento da receita tributária em custeio de pessoal, sem nada realizar no campo de investimento para fins de produção.

Os governos representativos têm ainda uma forte limitação ao poder de tributar: é que atingirá sempre os eleitoralmente fortes, de quem depende a renovação do mandato daqueles que fazem as leis da tributação - os membros do parlamento e os dirigentes máximos do Executivo.

3 - EMISSÃO E INFLAÇÃO - O recurso à emissão de papel moeda é uma arma de uso perigoso, pois conquanto possa promover as construções e equipamentos ideais, pode causar um tal mal-estar social que, em sentido geral, a medida e o procedimento resultem negativos.

Aumentar-se-á, por essa forma, a quantidade de dinheiro circulante. Se isto se fizer estritamente para a construção ou aquisição de bens que vão produzir bens, aumentando por outro lado o número de bens e serviços a serem adquiridos, o equilíbrio será relativo e os efeitos, portanto, positivos. Requer, assim, uma dose

gem científica, precisa e comedida. Depende muito, como é óbvio, do critério e da alta compreensão governamentais.

Não havendo esse equilíbrio, acontecerá o fenômeno definidor da inflação: haverá uma grande quantidade de dinheiro contra uma pequena quantidade de bens e serviços a serem adquiridos com esse dinheiro. Como o preço é dependente desse equilíbrio, que no caso não está sujeito à oferta e à procura, e haverá muita procura pela facilidade do dinheiro e pouca oferta pela escassez dos bens e serviços, estes subirão de preço tão veloz e constantemente, quanto mais intenso se fizer a diversidade entre as duas quantidades.

Faltando a exata noção desse perigo e sendo o poder de emitir verdadeiramente fascinante, ele vai sendo aplicado invariavelmente para todas as necessidades, e estas serão concretizadas em obras suntuárias de nenhum sentido econômico, serão em forma de aumento de vencimentos dos que fazem a máquina burocrática, para fazê-los alcançar os preços que subiram e que subirão mais porque novo volume de dinheiro foi jogado em circulação sem seu correspondente novo volume de bens e serviços, e assim, em forma galopante, a espiral inflacionária será um fato difícil de parar sem uma contramarcha dolorosa.

Merece destaque o aspecto anti-social da medida. É que com o decorrente aumento de preço das utilidades diminuí o poder aquisitivo de todos, mas, logicamente, sofrerão mais os de menos poder aquisitivo, os que já os têm reduzido. Sofrerão mais, portanto, os de menos renda, os de menos recursos. Os que percebem o salário mínimo (que ainda não conseguiu ser realmente o mínimo para viver) tendo esse salário diminuído no seu valor pelo aumento do custo de vida, reduzirão, inclusive, a sua alimentação. Enquanto isso, os de renda elevada terão, quanto muito, de reduzir parte do supérfluo. Conclusão: os mais pobres é que custearão os investimentos, os já necessitados é que contribuirão com o seu estômago, com a sua saúde e as vezes, conseqüentemente, com a sua vida, para o progresso que se logrou alcançar, o desenvolvimento econômico a que se conseguiu chegar. Isto tem sido causa de grandes perturbações sociais, da queda de governos, de uma instabilidade política de efeitos perniciosos no conjunto sócio-econômico.

A contribuição compulsória de todos, por ter sido uniforme, foi maior para grande parte, muito maior para uma parte mais numerosa da população. Se proporcionou, em parte, um aumento das utilidades, daquelas coisas que podem constituir um bem-estar material com reflexos nos ou-

tros sentidos da vida, elas ficaram somente ao al cance daqueles que, proporcionalmente, menos contri buíram para essa situação, que tornou mais distantes aqueles que sentiram na pele e nas entranhas a dor deste parto complicado e lento.

4 - FINANCIAMENTO EXTERNO - Poderia o Poder recorrer ao capital estrangeiro para financiar o desenvolvimento do país. De duas formas poderia fazê-lo: proporcionar às empresas estrangeiras operarem na região, elas próprias executando os investimentos, ou realizar o Governo empréstimos a médio e a longo prazos.

A primeira providência tem demonstrado ser eficaz porque colabora na oferta de empregos, na elevação de nível técnico e nas rendas tributárias, porém, faz retornar o capital empregado ao seu lugar de origem - o exterior - acrescido dos lucros quase sempre altos. Resultará, afinal, que o país pobre ajudou mais ao país rico que lhe mandou a empresa, do que este ao país pobre. O inconveniente poderá ser contornado e até resolvido com a limitação da remessa de lucros para o exterior, medida que, por si também tem a consequência de afugentar o mesmo capital externo que, por isso, retraindo-se, pouco fará no final de contas.

A segunda alternativa, a do emprés-

timo, determinará apenas a saída dos juros normais, deixando os lucros do empreendimento a que serviu no país pobre que o procurou. É, pois, muito mais compensador para a região subdesenvolvida. Por isso mesmo tem menos estímulos ao ingresso do capital estrangeiro que, desinteressado, será escasso ou ausente. Também porque as garantias que ele exige não podem ser substanciais em um país pobre e são raras, ao contrário. E pela sua falta, as negociações que visam ao empréstimo têm forte limitação.

5 - CÍRCULO VICIOSO - Para o país que não tem capital o subdesenvolvimento é o estado natural e o mesmo subdesenvolvimento o impede de possuir e de obter capital. E como faz notar Ragnar Nurkse, o círculo se apresenta tanto do lado da oferta quanto do lado da procura de capital, dizendo que "a oferta de capital é determinada pela habilidade e propensão para poupar e a procura é determinada pelos incentivos para investir. O estímulo para investir é limitado pelo tamanho do mercado".

No economista Ragnar Nurkse está, no entanto, e em seguida, esta assertiva animadora: "A constelação circular do sistema estacionário é bastante real, mas, felizmente, o círculo não é intransponível. E, uma vez rompido em qual

quer ponto, pelo próprio fato de ser circular a relação, apresenta-se a tendência de progresso cumulativo. Deveríamos, talvez, hesitar em dominá-lo de círculo vicioso, porque pode vir a ser benéfico". Sugere, como uma das formas eficazes de romper o círculo "pelo menos em princípio, a aplicação mais ou menos sincronizada do capital a uma ampla escala de indústrias diferentes", que venceria a dificuldade oriunda da pequenez do mercado.

Nurkse constata, por fim, nos "trabalhadores produtivos", como os denomina, dos países subdesenvolvidos, um potencial de poupança oculto, quando eles com as reduzidíssimas rendas, sustentam grande massa de improdutivos sub empregados. Será de recomendar, pois, algum meio de tornar sua poupança virtual em poupança efetiva. Ele faz notar a vantagem dessa poupança disponível para o financiamento do desenvolvimento, enquanto outros autores notam a vantagem do desemprego disfarçado e da existência dos improdutivos para o fornecimento da mão-de-obra para as tarefas que o desenvolvimento estimulado virá a requerer.

CAPÍTULO XIII

A CONTABILIDADE SOCIAL OU NACIONAL

A Contabilidade Social, segundo o conceito de Manuel Balboa, "é um registro estatístico sistemático dos fatos do processo econômico", acrescentando que "também fala-se da contabilidade nacional quando as diversas estatísticas do produto, do ingresso e de outros conceitos relacionados se apresentam em contas ou tabelas, de acordo com determinadas normas, integrando um sistema formal consistente".

A contabilidade nacional pode ser entendida também como o resumo estatístico de todas as contabilidades das empresas, do governo e das famílias. Registra o fluxo de mercadorias e serviços e o produto final da atividade econômica.

Para esse registro de uma quantidade tão grande de transações econômicas, faz a contabilidade social ou nacional uma classificação dessas transações, assinalando pela sua importância as de compra e venda de mercadorias e de títulos da dívida pública, de serviços, pagamentos de impostos, doações.

Quanto aos agentes ou entidades que operam tais transações, a Contabilidade classifica as pessoas ou famílias, as empresas e o Governo. Os objetos, reais ou financeiros são, respectivamente, as mercadorias, os serviços e as operações financeiras de crédito, pagamentos, recebimentos, etc.

A contabilidade social efetua a análise dos fluxos de mercadorias e serviços.

As contas sociais têm como principal objetivo o resultado da produção.

A confecção dos esquemas ou sistemas de contas obedecem à orientação de Richard Stone, da Universidade de Cambridge, e de W. Leontiefs.

Apresentamos, neste capítulo, dois quadros da Análise Macroeconômica da Produção e Utilização de Mercadorias, Serviços e Fatores Primários, em uma economia fechada e em uma economia aberta, respectivamente, conforme consta de trabalho de Manuel Balboa.

Numa visão da utilidade da contabilidade social, vale citar o registro dos principais fatores que influem no consumo, circunstância quase fundamental na nossa chamada sociedade de consumo.

Vejamos, sucintamente, quais os principais fatores que são, na contabilidade social, estudados e analisados, e que determinam conclusões fundamentais para orientação de medidas governamentais e confecção de planos:

- 1 - salário disponível;
- 2 - flutuação dos preços;
- 3 - propensão e estímulos à poupança;
- 4 - montante do capital;
- 5 - perspectivas de futuros salários ou ganhos extras;
- 6 - perspectivas sobre a flutuação futura de preços;
- 7 - impostos, taxas e contribuições obrigatórias;
- 8 - débitos de empréstimos e facilidades de crédito e endividamento;
- 9 - propaganda e efeito-demonstração;
- 10 - causas simples, acidentais e pessoais.

A contabilidade social nos dá parte dos indicadores essenciais para o planejamento e a medição do desenvolvimento, pois, como dizem Osvaldo Sunkel e Pedro Paz, "o desenvolvimento tem

de ser medido em termos de indicadores econômicos, sociais e políticos que expressem a direção e grandeza das mudanças, e que as políticas de desenvolvimento não devem ser formuladas em função dos requisitos técnico-econômicos de determinada taxa de crescimento formulado aprioristicamente, mas conforme a viabilidade de determinadas políticas e dos seus requisitos técnico-econômicos, sendo a taxa de crescimento apenas a resultante delas.(1)

1 - Sunkel, Osvaldo e Pedro Paz. Os Conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio. Forum e Hachette. 1974.

ANÁLISE MACROECONÔMICA DA PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MERCADORIAS, SERVIÇOS E FATORES PRIMÁRIOS

(Esquema de uma economia aberta)

SETORES DE ORIGEM DE MERCADORIAS, SERVIÇOS E FATORES PRIMÁRIOS	I. UTILIZAÇÃO INTERMEDIÁRIA					II. UTILIZAÇÃO FINAL					III.		
	Setores de produção					Interna			Exportações	Total	Total Geral (I) + (II)		
	1	2	3	4	Sub-Total	Consumo	Inversão Bruta	Sub-Total					
1.													
2.													
3.													
4.													
5. Importações													
a) Subtotal	Insumo de mercadorias e serviços nacionais e importados					Consumo	Inversão Bruta	Bens e Serviços	Exportações totais	Demanda final	Disponibilidade bruta total		
b) Valor agregado bruto													
1. Remuneração do trabalho					Produto bruto interno aos preços de mercado (a)+(c)								
2. Remuneração e utilidades totais do empresário e do capital													
3. Reservas para depreciações do ativo fixo													
c) Impostos indiretos menos subsídios													
TOTAL GERAL: (a)+(b)+(c)	Produção Bruta												

ANÁLISE MACROECONÔMICA DA PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MERCADORIAS, SERVIÇOS E FATORES PRIMÁRIOS
(Esquema de uma economia fechada)

SETORES DE ORIGEM DE MERCADORIAS, SERVIÇOS E FATORES PRIMÁRIOS.	I. UTILIZAÇÃO INTERMEDIÁRIA					II. UTILIZAÇÃO FINAL				III. PRODUÇÃO BRUTA (I) + (II)	
	Setores de produção					Consumo		Inversão			Subtotal
	1	2	3	5	Subtotal	Famílias	Sociedade em Conjunto	Empresas	Governo		
1. Agricultura e pecuária											
2. Silvicultura, caça e pesca											
3. Mineração, indústrias e construções											
4. Serviços em geral											
a) Subtotal	Insumos de mercadorias e serviços					Consumo Nacional		Inversão Nacional		Produção Final	Disponibilidade bruta total
b) Valor agregado bruto:											
1. Remuneração de trabalho											
2. Remuneração e utilidades totais das empresas e do capital											
3. Reservas para depreciações de ativos fixos											
c) Impostos indiretos menos subsídios											
TOTAL GERAL: (a)+(b)+(c)											
TOTAL GERAL: (a)+(b)+(c)	Produção Bruta										

CAPÍTULO XIV

ECONOMIA E HUMANISMO

A virada substancial realizada por Engels e Marx na teoria de Hegel, colocando na base de todo condicionamento humano e social a atividade econômica, seguida da social, jurídica, política, ideológica e filosófica na sua cúpula, influenciou o mundo por cerca de um século.

A influência do Cartesianismo, do empirismo, do naturalismo científico de Darwin, Newton e Lavoisier, reduzindo o conhecimento às sensações que nos dão as aparências das coisas (Bacon, Hobbes, Berkeley e Hume), bem como a reação natural contra todo pensamento estabelecido, advinda, sobretudo, com o Iluminismo (iluminar com a razão o obscurantismo da tradição; Locke e os enciclopedistas Voltaire, Diderot, D'Alembert, Rousseau, Condilac, Wolff e Lessing), colaboraram para que as idéias máximas do pensamento humano dominante deixassem a posição de comando das atitudes, para serem produtos delas, sobretudo dos modos de produzir o que o homem precisa individualmente ou em sociedade.

A transformação dessas idéias em ação e o seu final estabelecimento como ordem poli

tica em grande parte das nações do mundo atual, mostraram ao vivo para mais de quatro bilhões de espectadores não somente as excelências de um novo sistema - o socialismo - mas as "excelências" ditatoriais e despóticas das repúblicas populares comunistas. Elas comprovaram, inicialmente, que são as idéias e a ideologia dominante que ditam tudo mais, inclusive o modo de produção.

De outro lado, conservando os sistemas em voga, com as suas mudanças trazidas pela evolução das idéias, o mundo que chegou a professar e viver o capitalismo, encheu-se de técnica e elevou-a com o tempo, da posição de meio para o progresso e o bem-estar, quase que a posição de fim.

Então, antes de mais nada, o homem está pensando nesses problemas: que idéias, que fins, que meios adotar, que sociedade e que sistema político poderão realizar o seu sonho de vida feliz, numa perspectiva de coletividade, da nação à pequena comunidade, a ponto de levar Erich Fromm (1) a propor o restabelecimento no mundo das possibilidades de iniciativa individual na vida e não nos negócios.

As doutrinas econômicas e sua história deixaram de ser um complemento de cultura geral, como determinava Paul Hugon, para ser con-

cimento básico em qualquer formação em ciências sociais. (2)

Elas ajudam a pensar sobre os problemas humanos do nosso tempo, direcionando a atividade econômica no respeito ao homem e em seu favor, segundo está configurado também nas palavras de R. H. Tawney, citado por Schumacher. (3). Diz Tawney: "Se, contudo, as ambições econômicas são bons serviços, também são maus patrões"... "já que até homens comuns possuem alma, nenhum aumento de riqueza material os compensará por medidas que insultem seu amor próprio e depreciem sua liberdade. Uma avaliação razoável da organização econômica tem de levar em conta o fato de que, para a indústria não ser paralizada por repetidas revoltas da natureza humana ultrajada, ela precisa satisfazer critérios que não sejam puramente econômicos".

Longe de desejarmos uma volta ao passado depois de tantas conquistas positivas, e embora reconheçamos a verdade dos que disseram que, pela vontade livre dos homens, não se chegará a uma sociedade justa, com iguais oportunidades e perfeita distribuição dos recursos, não desejamos suas técnicas de implantação da sonhada igualdade imposta. Embora reconheçamos o grande poder modificador do temperamento humano e das

suas ações, da doutrina cristã, não consideramos justo esperar essa lenta evolução no respeito da pessoa humana, com a prática do desrespeito ao direito de muitos à satisfação de um mínimo de necessidades, ou a conseqüente condenação de tantos a uma vida de misérias e a uma morte precoce pela carência, passiva e impunemente assistida.

-
- 1 - From, Erich. Ter ou Ser. Rio Zahar. 1977.
 - 2 - Hugon, Paul. História das Doutrinas Econômicas. São Paulo. Atlas. 1946
 - 3 - Schumacher, E. F. O negócio é ser pequeno. Rio. Zahar. 1977.

CAPÍTULO XV

A EDUCAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA

1 - POSICIONAMENTO E PAPEL DA EDUCAÇÃO NO FATOR TRABALHO - Vejamos, então, o papel da educação no fator trabalho.

A qualidade e a quantidade desejáveis nos recursos naturais, bem como a quantidade de capital, sua fonte e remuneração, deixam bem claro que exigências semelhantes, com mais fortes razões, são aplicadas ao fator trabalho, que é o homem em ação. Sem este, os recursos seriam apenas componentes da paisagem, e o capital seria depósito infecundo como o eram nas antigas botijas.

Em todos os programas verdadeiramente milagrosos de desenvolvimento ou recuperação, ocorridos e ainda em ocorrência no mundo, se não há um processo simultâneo de ativar todos os fatores econômicos, há um processo ativo de desenvolvimento da educação, como a realidade nacional exige.

Lemos em Theodore W. Schultz expressões como estas: "Para um país consciente de sua responsabilidade, a resposta implicaria dispensar à educação um tratamento altamente prioritário".

"Educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente; significa aperfeiçoar uma pessoa moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática; e, por fim, significa exercitar, disciplinar ou formar habilidades, como, por exemplo, aperfeiçoar o gosto de uma pessoa. A ação ou processo de atingir um ou mais destes objetivos é, em primeira aproximação, o que se pode entender por educação.

Ainda Schultz: "Recomendo que a educação seja considerada como um conjunto especializado de atividades; algumas das quais organizadas, conforme se apresentam nas escolas, e outras essencialmente desorganizadas, segundo ocorre com a educação familiar". "É uma distorção considerar a economia como se ela não constituísse uma parcela da cultura de uma comunidade. Reciprocamente, constitui uma distorção considerar a cultura como se ela não contivesse implicações econômicas; as despesas com propósitos morais ou refinamento do gosto não fogem à análise econômica".

A taxa de rendimento do investimento na instrução é tão ou mais elevada do que a de qualquer outro investimento.

Para ilustrar melhor essas considerações convém citar Rossetti quando diz que "Por a cumulação, os economistas entendem o processo de expansão ou melhoria dos recursos de produção pré existentes (tanto humanos quanto patrimoniais). Os programas educacionais e os investimentos em capital fixo são exemplos típicos de acumulação".

Um fato concreto está na afirmação de Carlos Langoni, em estudo constante de sua tese de doutoramento referida por Cláudio de Moura Castro, segundo a qual "a contribuição da Educação para o crescimento do Brasil, no período de 1950 a 1969, é estimada em 20 (vinte) por cento".

No princípio do processo de desenvolvimento, depois da educação básica geral e ampla da população, uma etapa necessária, intermediária ao lado da educação sistemática de segundo e terceiro graus, seria a de habilitação ou aperfeiçoamento intensivo em áreas específicas, mais úteis e prioritárias.

Mas, de uma forma ou de outra, a sociedade tem que agir nesse sentido. E a educação é um dos meios de promover, vertical e até rapidamente os indivíduos, até o ponto de saturação das oportunidades, pequenas nos países subdesenvolvidos e sempre maiores nos que se desenvolvem. Embora essas oportunidades não sejam proporcionais às

solicitações ou às demandas, absorvem grande parte dos promovidos intelectualmente e realizam um surto cultural de mudanças de mentalidades. Isto constitui um embasamento sólido que demonstrará sua eficácia na realização de um progresso a curto prazo, quando os chamados insumos ou fatores carentes forem, por quaisquer circunstâncias, injetados no meio.

Ela - a educação - pode não produzir, no período de um governo de tempo democraticamente razoável, efeitos perceptíveis, mas a médio e longo prazos, os efeitos imediatos, somados aos resíduos do trabalho anterior, podem demonstrar à mesma geração que a iniciou de forma sistemática, contínua e substanciosa, a realidade de uma melhoria também e fortemente prática, manifestada na ascensão do nível de vida.

Tendo uma forma propulsiva, o extrato da educação - se assim o podemos dizer - não se acomoda a recipientes e possui anti-estagnantes poderosos. Ele se extrapola em ação, em compreensão, em humanismo. O conhecimento das coisas e da humanidade, sobretudo, produz um grande amor à humanidade e a cada homem que a compõe.

Creio que se possa encontrar um meio de evitar aquela concentração sempre crescente dos recursos em mãos de poucos, até hoje de

terminadas pelo alto progresso da técnica e pelo sistema capitalista, somente deixando o sistema de ser tão capitalista e sendo, em consequência, mais humanista.

A educação, técnica e humanística, despertando o respeito pelo outro, como seu grande e maior produto, fornece a vontade e os meios eficazes de servir a todos os outros. Por isso, ela é tarefa básica do desenvolvimento.

Anísio Teixeira dizia que: "Os serviços educativos, ao contrário do que por vezes se pensa, são grandes serviços materiais a desafiar em suas proporções, quaisquer outros serviços da sociedade". E Mark Blang que "se pensa, as vezes, que a materia se restringe a problemas tais como o custeio e financiamento de vagas nas escolas".

Como se insere, pois, um conjunto de medidas de forte ênfase econômica, tem que ser considerada também em termos econômicos. E ela - a educação - enquanto elemento de planejamento, tem que se acomodar à força desse condicionamento.

Desde fins da década de 1950, surge o problema da educação no contexto do desenvolvimento, com designações, tais como:

- Revolução do investimento humano no pensamento econômico;
- Economia dos recursos humanos;
- Impacto da educação sobre os diversos fenômenos econômico-sociais.

Os problemas de alocação de recursos para a educação e, afinal, o valor econômico da educação, o retorno desse investimento em termos econômicos também, os dividendos que ele produz, para caracterizá-los como investimento, surgem conseqüentemente.

2 - OS MEIOS DE MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS - A simples observação da ascensão vertical na sociedade de nosso tempo, especificamente no meio em que vivemos, deixa claro o efeito imediato da educação em cada indivíduo que a cultiva sistematicamente, em confronto com os que se mantêm ausentes da escola.

Esse valor na elevação do individual é de conhecimento geral. É reconhecido pelo homem simples e ignorante que lamenta não haver recebido instrução e justifica por que se sacrifica para manter os filhos na escola; não quer que eles tenham a mesma vida que ele, de pobreza, de sacrifícios, de sofrimento.

Os que saem jovens das cidades pe-

quenas para estudar fora voltam depois numa situação muito superior à primitiva, econômica e socialmente na sua comunidade, onde passam a liderar e as vezes a governar.

Quando o número desses promovidos pela educação se multiplica, a pequena comunidade cresce de importância. Pela ação desses diplomados, sua economia toma um novo aspecto, sua sociedade consome mais e sua representatividade política começa a influir nas decisões de cúpula, em seu favor.

Então, os resultados da educação para a política, economia e sociedade locais são comprovados até mesmo a médio prazo. E o processo se acelera quando a educação passa a ser promovida na própria cidade, pela fundação de instituições de ensino locais e ainda quando os que, pelo seu meio, ascendem socialmente, não emigram.

A elevação da produtividade, que se verifica lentamente, embora, em todos e principalmente em alguns setores, faz constatar o retorno em valores dos investimentos feitos para educar. Há uma promoção geral que, conseqüentemente, pode ser medida por vários meios. Entre estes:

- pela elevação imediata dos rendimentos individuais;
- pela elevação a médio prazo do

- produto nacional bruto;
- pela elevação a longo prazo do produto nacional bruto em decorrência do fator residual;
 - pela elevação da renda per capita, em decorrência de uma natural distribuição mais farta ou de uma mais justa redistribuição, provocadas pela coletividade esclarecida em termos de justiça e de direitos pelo conteúdo da própria educação recebida.

3 - A BUSCA DO MAIS EFICAZ - Três expressões modernas sobre os resultados concretos do desenvolvimento econômico, que desencantam pela realidade que traduzem, fazem refletir sobre a ineficácia das medidas que adotamos no mundo moderno para estabelecimento de uma sociedade justa, que promova o bem estar de todos.

Em Gunnar Myrdal lemos, como foi citado neste trabalho: "A necessidade de contínuas reformas de caráter igualitário está longe de ser afastada. Posto que ainda existem desigualdades, os progressos tecnológicos e institucionais só tendem a proliferar".

Em Celso Furtado, está afirmado que "é da essência do capitalismo a concentração da

renda, e a periferia jamais desfrutará dos benefícios integrais do desenvolvimento".

Robert S. McNamara afirma peremptório: "É conveniente cuidar, no presente, um pouco menos de industrialização a todo vapor e um pouco mais das necessidades humanas básicas: nutrição, habitação, saúde, educação e emprego. Mesmo à custa da diminuição do ritmo de progresso de certos setores limitados e altamente privilegiados". "Desenvolvimento refere-se a pessoas".

Depoimentos assim, de homens que são conhecedores profundos de toda a problemática das tarefas de desenvolvimento econômico e social, dominadores dos seus aspectos científicos, testemunhas de sua realidade prática, pela vivência em todos os lugares do mundo, com o que se faz, com o que ficou omissso e com os resultados de um e outro procedimentos, merecem nossa meditação.

As conclusões afluem para o estudo, o espectador, homens de boa vontade, ainda não militantes, mas que olham e sentem sobretudo dois mil anos de vida cristã no coroamento de muito mais tempo sem cristianismo; homens que têm o olhar, do alto da montanha, como sugere Bossuet, ou da planície mesmo, a saga imensa de todas as multidões que porfiaram em vão em termos de vida

histórica e foram massa, escravos, periecos, terceiro estado, desempregados, subempregados, favelados, retirantes, periféricos, marginais, enfim pingentes e trombadinhas numa sociedade em marcha a todo vapor.

Assim, o que se aprendeu e pregou há vinte ou trinta anos atrás, fazendo tantos transbordarem de tanto entusiasmo, vai se adelgçando bruscamente e se desfaz como miragem.

Poucas opções surgem nessa encruzilhada. Teremos que adotar uma das bandeiras, de cores diferentes e ofertadas constantemente, ou criar novos mecanismos e novos sistemas que tornem a vida de todos mais humana, senão por amor e bondade, ao menos por medo de sucumbir na colheita abundante e única do joio.

CAPÍTULO XVI

PLANEJAMENTO DO BRASIL

Apontamentos para um início de estudo.

Foram os seguintes os principais planos de desenvolvimento nacional elaborados no Brasil:

1939 - Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (Governo Vargas) Dec. Lei 1.059 de 19-01-39.

1943 - Plano de Obras e Equipamentos - POE Dec. Lei 6.144 de 12-43.

1945 - Plano Rodoviário Nacional (Construções de Urgências) Dec. Lei 8.463 de 27-12-45. Lei 2.975 de 27-11-56 sobre imposto único; dá nomenclatura às estradas.

Comissão de Planejamento do Departamento dos Correios e Telégrafos. Dec. Lei 8.308 de 06-12-45.

1946 - Plano Telegráfico Nacional. Dec. 20.428 de 21-01-46.

1950 - Plano SALTE - Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. Lei 1.102 de 18-05-50. Governo Gaspar Dutra. Período 1950-1954.

1949 - Conselho Nacional de Econo-

nia. Lei 970 de 16-12-49 e Lei 2.696 de 24-12-55.

1951 - Plano do Desenvolvimento Econômico 1.474 de 26-11-51, 1.628 de 20-06-52 (RDA Vol. 47), 2.973 de 26-11-56.

1952 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Lei 1.628 de 20-06-52.

1953 - Plano de Valorização Econômica da Amazonia. Lei 1.806 de 06-01-53. Regulamento Dec. 34.132 de 09-10-53. Plano do Carvão Nacional. Lei 1.886 de 11-06-53.

1954 - Plano de Saneamento e Aproveitamento Econômico da Baixada Santista. Lei 2.234 de 14-06-54. Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais. Dec. 35.702 de 23-06-54.

1955 - Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale São Francisco. Lei 2.599 de 13-09-55, que aprovou o plano elaborado na forma da Lei 541 de 15-12-48 (art. 29 Constituição).

Conselho Nacional de Economia. Lei 970 de 16-12-49 e Lei 2.696 de 24-12-55.

1956 - Conselho de Desenvolvimento Dec. 38.744 de 01-02-56.

Plano Nacional de Indústria Automobilística (caminhões leves, caminhões e furgões). Dec. 39.412 de 16-06-56. Dec. 29.568 de 12-07-56 (caminhões). Dec. 39.569 de 12-07-56 (jipes). Dec. 39.676-A de 30-07-56. Dec. 41.018 de 26-02-57 (au

tomóveis).

1956 - Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudeste do País. Lei 2.976 de 28-11-56.

1957 - Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira. Dec. 40.987 de 20-02-57.

Plano de Expansão Econômica da Tricicultura Nacional. Dec. 41.161 de 18-03-57.

Metas Governo Kubitschek.

1962 - Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. 1963-1965. Trabalho do recém-criado Ministério do Planejamento - Ministro Celso Furtado - Governo João Goulart.

1964 - Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG - Roberto Campos Governo Castelo Branco. Período 1964-1966.

1967-76 - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social:

- Estratégia de Correção dos Desequilíbrios Sociais.

- Programa de Integração Social.

- Diretrizes Gerais do Governo - Governo Costa e Silva.

- Programa Estratégico de Desenvolvimento - Governo Costa e Silva.

1970 - Programa de Integração Nacional:

- Metas e Bases para a Ação do Governo. Período 1970-1973.

- Programa de Distribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste (Proterra).

- Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste).

- Programa Especial para o Vale do São Francisco (Provale).

1972-74 - I Plano Nacional de Desenvolvimento.

1975-79 - II Plano Nacional de Desenvolvimento. Governo Geisel.

Estratégia de Desenvolvimento Social.

100

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E SOCIAL
1963/1965

I - Diagnóstico da Economia Brasileira.

II - Objetivos básicos do Plano Trienal.

- 1 - Manter a taxa de crescimento da renda nacional, de 7 por cento anual, correspondente a 3,9 por cento do crescimento per capita.
- 2 - Reduzir a pressão inflacionária.
- 3 - Criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, eliminando as desigualdades regionais de níveis de vida.
- 4 - Identificar a ação do governo no campo educacional, de saúde e de pesquisa científica e tecnológica.
- 5 - Orientar o levantamento dos recursos naturais e a localização da atividade econômica.
- 6 - Eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional, como o da atual estrutura agrária.
- 7 - Refinanciar adequadamente a dívida externa.

na.

- 8 - Assegurar ao Governo uma crescente unidade de comando através das diretrizes de um plano.

III - Resumo

- 1 - Crescimento do Produto à taxa anual de 7%.
- 2 - Elevação da renda per capita de 323 dólares em 1962 para 363 em 1965.
- 3 - Aumento da produção agrícola em mais de 18%.
- 4 - Aumento da produção industrial em mais de 37%. No final do período, a indústria estava contribuindo com 70% dos bens de capital necessários à manutenção do ritmo de crescimento. Aumentava a produção de aço em lingotes. A de trator subia de 8.000 unidades para 18.000 unidades. A de automóveis e caminhões subia de 190.000 para 270.000. A capacidade instalada, geradora de energia elétrica subia de 4.751.000 em 1961, para 7.432.000 KW em 1965.
- 5 - Políticas fiscal, monetária e cambial para um financiamento sem agravar a inflação e, ao contrário, reduzindo-a.

IV - Considerações para planificação e execução.

- 1 - A formação de capital.
- 2 - Os seus investimentos e os investimentos da infra-estrutura, os investimentos de tipo-social, realizados a fundo perdido.

BIBLIOGRAFIA

- AHUMADA, J. Teoria y programación del desarrollo. Recife, CEPAL/DOAT, 1959.
- ALEXANDER, Robert J. O ABC do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- BALBOA, Manoel. Contabilidade Social. Recife, CEPAL/DOAT, 1959.
- BARAN, Paul A. A economia política do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1960.
- BLANG, Mark. Introdução à economia da educação. Porto Alegre, Globo, 1975.
- BRAND, W. Desenvolvimento e padrão de vida. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- BEEBY, C. E. Educação e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- CASTRO, Claudio de Moura. Desenvolvimento; educação e educabilidade. Rio de Janeiro, Universidade da Guanabara, 1972.
- CHENERY, Hollis et alii. Painéis internacionais. Rio de Janeiro, APEC/BNDE, 1974.
- ERICH, Fromm. Ter ou ser. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

- FERNANDEZ, Oswaldo. Projectos. Recife, CEPAL/DOAT, 1959.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- ———. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- ———. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- ———. Pequena introdução ao desenvolvimento; enfoque interdisciplinar. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980.
- ———. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- HAGENBUCH, Walter. Economia social. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- HANSON, John W. & BREMBECK, Cole S. Educação e desenvolvimento. São Paulo, IBBASA, 1969.
- HEILBRONER, Robert L. A luta pelo desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- HUGON, Paul. História das doutrinas econômicas. São Paulo, Atlas, 1946.
- IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico

- co no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- JAEGER, Werner. Paideia; los ideales de la cultura griega. México, Fundo de Cultura, 1957.
 - JAMES, Emile. O pensamento econômico do século XX. Rio de Janeiro, Agir, 1959.
 - KALECKI, M. El problema del financiamiento del desarrollo económico. Recife, CEPAL/DOAT, 1959.
 - KINDLEBERGER, Charles P. Desenvolvimento econômico. Lisboa, Ed. Classica, 1960.
 - KUZNETS, Simon. Teoria do crescimento econômico moderno. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
 - LESSA, Carlos. 15 anos de política econômica. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.
 - LEWIS, W. Arthur. A teoria do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1960.
 - LUBIN, Isador et alii. Recursos para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, USAID/Fundação Getúlio Vargas, 1965.
 - MACNAMARA, Robert S. Cem países; dois bilhões de seres. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974.

- MARTNER, Gonzalo. Organización para el planeamiento del desarrollo economico. Recife, CEPAL/DOAT, 1959.
- MELNICK, Julio. Manual de projetos de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Nações Unidas/I.L.P.E.S. 1972.
- ———. Manual de proyectos de desarrollo economico. Recife, CEPAL/DOAT, 1959.
- ———. Preparación, presentación e evaluación de proyecto. Recife, CEPAL/DOAT, 1959.
- MIGLIOLI, Jorge. Introdução ao planejamento econômico. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MYRDAL, Gunnar. O estado do futuro. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.
- MOTA, Fernando de Oliveira. Manual do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- NOVAES, Paulo. Economia e recursos humanos. Rio de Janeiro, Renes, 1971.
- OYAZÚN, Carlos. Financiamiento del desarrollo economico. Recife, CEPAL/DOAT, 1959.
- PEREIRA, Luiz. Desenvolvimento, trabalho e educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- PINHO, Carlos Marques. Economia da educação e

- desenvolvimento econômico. São Paulo, Pioneira, 1970.
- PINTO, Anibal. Aspectos del desarrollo económico. Rio de Janeiro, CEPAL/DOAT, 1963.
 - ———. Financiamiento del desarrollo económico. Recife, CEPAL/DOAT, 1959.
 - PRADO JUNIOR, Caio. História e desenvolvimento. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1978.
 - PREBISCH, Raul. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro, Fundo de cultura, 1964.
 - ROBBINS, Lionel. Naturaleza y significación de la ciencia económica. Mexico, Fundo de Cultura, 1951.
 - ROBINSON, Joan. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
 - ———. Filosofia econômica. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
 - ROBINSON, Marshall A. et alii. Introducción al razonamiento económico. Buenos Aires, Ed. Nova, 1958.
 - ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 8.ed. São Paulo, Atlas, 1980.

- ROSSETTI, José Paschoal. Política e programação econômica. 4.ed. São Paulo, Atlas, 1981
- ROSTOW, W. W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- SAMUELSON, Paul A. Introdução à análise econômica. 3.ed. Rio de Janeiro, Agir, 1958.
- SCHULTZ, Theodore W. O capital humano. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- ———. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- SCHUMACHER, E. T. O negócio é ser pequeno. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- SERVAN-SCHREIBER, Jean-Jacques. O desafio americano. s.l., Expressão e cultura, 1968.
- SHEEHAN, John. A economia da educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- SMITH, Adam. Riqueza das nações. São Paulo, Hermus, 1981.

- SUNKEL, Oswaldo. Desarrollo economico. Santiago, ILPES, 1965.
- SUNKEL, Oswaldo & PAZ, Pedro. Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Forum/Hachette, 1974.
- SWEEZY, Paul M. Teoria do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- VAIZEY, John. Economia da educação. São Paulo, IBRASA, 1968.
- WHITEHEAD, Alfred North. Os fins da educação. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

Reg: 588

PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL – PETI
UFRN/PRAEU
CAMPUS UNIVERSITÁRIO
59.000 - NATAL (RN)

FONE: 084/231.1266 R. 341
TELEX: 084 2269 - UFRN BR